



Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

ATA

Sessão Ordinária de Novembro - 29NOV2023

N.º 23/2021-2025

Data: 29 de novembro de 2023 (quarta-feira).

Local: Salão Nobre dos Paços do Município.

Presenças

Mesa da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal; Pedro José Catarino Senos Troia, 1.º Secretário e Irene Maria Ribau Esteves Tavares, 2.ª Secretária.

Grupo Municipal do PSD: António José Flor Agostinho, André Filipe Casqueira Guimarães, Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves e Sara Marina Tomé Fernandes.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Ana Raquel Gomes São Marcos Simões, Pedro Miguel Cristo Graça, Ernesto Manuel Vidal Garrelhas e Cláudia Cristina Fernandes Reigota.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo, António Pedro Oliveira Martins, Diana Catarina Anastácio Gandarinho e Domingos Manuel Ferreira Vilarinho.

Grupo Municipal do Partido Chega: Sérgio Louro.

Membros por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: Luís Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Encarnação), Carlos António das Neves Rocha (Freguesia da Gafanha da Nazaré) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).

Câmara Municipal de Ílhavo: João António Filipe Campolargo, Presidente da Câmara; João Diogo da Silva Semedo, Vice-presidente; Maria de Fátima Fragoso Teles, Paulo Sérgio Ferreira Nunes, Tiago Manuel Moraes Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes, vereadores. A ausência da vereadora Assunção Mariana Carlos Ramos foi devidamente justificada.

Substituições (validadas as justificações e confirmadas posições sucedâneas nas respetivas listas)

Grupo Municipal do PSD: Fábio Miguel da Silva Marta substitui Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Daniela Ribeiro Alegria e Paula Alexandra da Graça Ferreira substitui Mariana Silva Lopes (em substituição de João Pedro Ribau Casqueira, suspensão de mandato).

Grupo Municipal do Partido Socialista: Miguel Ângelo Teixeira Andrade substitui Modesto Manuel dos Santos.

Ordem do Dia

Ponto 1. **Proposta de abertura de procedimento para "Fornecimento de gás natural para edifícios municipais"**. Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 2. **Proposta de abertura de procedimento para "Fornecimento de energia elétrica em MT e BTE – lote 4 do Acordo Quadro n.º 11/2022"**. Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 3. **"Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 01SET2023 a 31OUT2023"**. Ato deliberativo: apreciação.

Ponto 4. **"Proposta Pacote Fiscal do Município de Ílhavo para 2024"**. Ato deliberativo: aprovação:

4.1. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2024.

4.2. Derrama para 2024.

4.3. Participação variável no Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para 2024.

Ponto 5. **"Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2024"**. Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 6. **"Autorização prévia e autorização prévia genérica no âmbito da lei dos compromissos para o ano de 2024"**. Ato deliberativo: aprovação.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)
Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (07':04")

«Meus Senhores, peço que tomem os vossos lugares para darmos início aos trabalhos. Muito bem.

Boa noite a todos os Membros desta Assembleia Municipal. Boa noite ao Executivo. Boa noite ao público aqui presente e a todos os que nos seguem em casa. Sejam bem-vindos a esta que é a Sessão Ordinária de novembro de 2023.

Vamos iniciar com a chamada. Portanto, vou dar a palavra à senhora Segunda Secretária.»

Segunda Secretária da Mesa, Irene Ribau: (08':17")

«Boa noite a todos.»

(leitura da lista de presenças e substituições).

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Renúncia de Mandato e respetiva substituição definitiva

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (10':21")

«De acordo com os números 1 e 2, do artigo 76º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, o eleito Hugo Filipe Casqueira Coelho, do grupo Municipal do PSD, por razões justificadas de natureza pessoal e profissional, requereu a sua Renúncia ao Mandato, pelo que o Núcleo de Apoio da Assembleia Municipal dará o seguimento processual adequado, nomeadamente a comunicação à Câmara Municipal e ao Ministério da Administração Interna. Desta forma, a eleita Sara Marina Tomé Fernandes sucedânea na lista de candidatos nas eleições autárquicas de 2021, passa a ter o seu lugar como efetiva nesta Assembleia.

Pelo que peço à nossa Segunda Secretária que confirme a presença da referida.»

Segunda Secretária da Mesa, Irene Ribau: (11':17")

«Sara Tomé Fernandes. Presente.»

Confirmada a presença e reconhecida a identidade, foi dada posse à autarca Sara Marina Tomé Fernandes, eleita nas listas do Partido Social Democrata, como membro efetiva da Assembleia Municipal de Ílhavo, no mandato 2021-2025, integrando o Grupo Municipal do PSD.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (11':26")

«Um cumprimento, hoje, muito especial ao nosso vereador Sérgio Lopes, que hoje celebra o seu aniversário fazendo votos que esteja por cá muitos e muitos anos. Votos de muita saúde e muitas felicidades. Parabéns.»

Aprovação das Atas

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (12':01")

«Vamos avançar para a aprovação das atas número 21 e 22, referentes à Sessão Ordinária de Setembro. Relembro que apenas se devem pronunciar os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes na respetiva reunião.

Pergunto se alguém tem alguma consideração a fazer relativamente a estas duas atas? Flor Agostinho. Mais alguém? Flor Agostinho, por favor.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (12:01”)

«Boa noite a todos. Aos presentes a quem nos ouve lá em casa. Relativamente à Ata número 21, Senhor Presidente, como sabe, por vezes nós dizemos aqui coisas. Depois, vamos ser confrontados com o seu escrito e, normalmente, ou por vezes, parece não ser a mesma coisa que aqui foi dito.

Com este enquadramento e tendo como referência o pedido que aqui formulei ao staff da nossa AMI, ao trabalhador autárquico Miguel Araújo, eu venho aqui agradecer-lhe a competência e a atenção que despendeu ao meu pedido, pois transcreveu na íntegra aquilo que foi dito e que se me permite, para que não fiquem dúvidas no espírito dos presentes, eu passarei a ler.

Na página 29 referi: “Nós apoiamos, nós estamos solidários, entendemos que sim senhora, que é uma boa iniciativa”. Estávamos a falar do orçamento participativo. “Na página 36, referiu o membro José Pinto Reis: agora, aquilo que me pareceu muito claro, não sei se para o PSD se só para o Flor Agostinho, ele é contra o orçamento participativo, claramente contra o orçamento participativo”. Na página 40, em defesa da minha honra, eu declarei: “eu só venho aqui para dizer o seguinte. O Pinto Reis mentiu. Eu Não estou contra o orçamento participativo. Eu Não disse mal do orçamento participativo. O PSD não está contra o orçamento participativo e peço ali ao staff da nossa Assembleia, ao Miguel Araújo, que transcreva tanto a minha afirmação como a afirmação do Pinto Reis. Tenho dito” Penso que este assunto fica esclarecido e encerrado, pois quem, posteriormente, vier a ler esta ata facilmente tirará as suas óbvias conclusões. Tenho dito.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento ‘Unir Para Fazer’: (14:53”)

«Boa noite a todos. Agradecer a leitura cuidada do deputado Flor Agostinho. E lembrar que quando se diz “pareceu-me”, é uma opinião pessoal. E quando uma pessoa dá uma opinião pessoal não mente, exprime aquilo que é a sua opinião com base naquilo que são as evidências. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (15:18”)

«Muito obrigado. Não sei se mais alguém se quer pronunciar relativamente a estas aprovações das Atas 21 e 22. Muito bem.

Coloco então a Ata número 21 a aprovação. Quem vota contra? Quem se abstém?

Muito bem aprovada por unanimidade.

Coloco a Ata número 22 a aprovação. Quem vota contra? Quem se abstém?

Aprovada por unanimidade. Muito obrigado.»

Expediente

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (15:59”)

«No que diz respeito à correspondência, os serviços de apoio à Assembleia Municipal rececionaram, entre setembro e novembro, diversa comunicação da qual destaco:

- convites dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia para representação protocolar da Assembleia Municipal, remetidos pelo Executivo Municipal, pelas Juntas de Freguesia, pelas Associações e de Entidades Públicas, aceites dentro da disponibilidade possível;
- Convite da ANAM para presença e representação na atribuição dos prémios em 2023, em Leiria;
- a repetição de participação de um munícipe, dando conhecimento de queixas apresentadas a diversas entidades sobre situações de ruído na envolvente ao Jardim Henriqueta Maia;
- presença e intervenção no 26.º Congresso da ANMP, que se realizou a 30 de setembro, no Seixal.
- diversa comunicação da ANAM/CVEL sobre ações de formação e webinars;
- reunião com os Agrupamentos de Escola para preparação do novo ano letivo da Assembleia Municipal Jovem, agendada para 3 de Janeiro;
- requerimento do Líder do Grupo Municipal do Movimento ‘Unir Para Fazer’ sobre a continuidade da sessão de setembro, entretanto respondido e tratado;
- exposição de um munícipe sobre a execução de passeios na Praia da Barra e reencaminhada para o senhor Presidente da Câmara;
- e, por último, a Renúncia ao mandato do eleito Hugo Coelho.»

Período de Intervenção do Público

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (17':56")

«Vamos agora passar ao período de intervenção do Público. Pergunto se alguém do Público quer usar da palavra? Não há. Muito bem.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (18':11")

«Ainda antes de entrarmos no Período de Antes da Ordem do Dia da sessão de setembro, passo a ler a transcrição da Ata número 21, entretanto aprovada, com a intervenção do deputado José Pinto Reis. E passo a citar: “Boa noite a todos. A interpelação vem no sentido de solicitar à Mesa o resultado da análise que prometeu fazer à situação criada na última Assembleia relativa à Ata que eu considere que tinha sido retocada e que o Senhor Presidente considerou que poderia estar em causa um ilícito criminal. Gostaria de saber se a Mesa chegou a alguma conclusão e qual foi a conclusão que tomou”.

Face ao que o deputado Pinto Reis expôs na Sessão Ordinária de junho, no dia 30 de junho, em relação a uma frase transcrita para a Ata número 17, na página 26, e à sua interpelação na primeira reunião da Sessão Ordinária de setembro, a Mesa tomou a seguinte diligência:

1. Responsabilizar o Núcleo de Apoio pela transcrição não coincidente com a oralidade do discurso em causa;
2. Alertar o Núcleo de Apoio que não deve assumir, por si só, quaisquer tipos de interpretações sobre as intervenções que são proferidas;
3. Solicitar ao Núcleo de Apoio que, no futuro, a transcrição da sessão para a Ata seja rigorosamente factual, independentemente dos erros ou da falta de sentido lógico das frases, para que não haja discrepância entre a gravação e a transcrição, salvo, obviamente, alguma dificuldade de carácter técnico, não percepção da oralidade, quebra no som, entre outros.»

Votos de Louvor e de Pesar

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (20':30")

«Entretanto chegaram à mesa um voto de pesar e um voto de louvor. Ambos de iniciativa do PSD. Não sei se querem que se leiam os votos. Sim? Muito bem, vou pedir então ao Primeiro Secretário que o faça, está bem?»

Primeiro Secretário da Mesa, Pedro Tróia: (21':03")

«Voto de Louvor, do Partido Social Democrata.

Na sua reunião do dia 23 de outubro do corrente ano, realizada em Ovar, o Conselho Intermunicipal da Região de Aveiro assinalou a mudança na liderança da CIRA, promovendo a substituição do atual Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, José Agostinho Ribau Esteves, pelo autarca da Murtosa, Joaquim Batista, que passa a ser formalmente o líder do conjunto dos 11 Municípios que constituem aquela Comunidade.

Ribau Esteves exerceu ao longo de quase 23 anos a presidência da antiga Associação de Municípios da Ria, Grande Área Metropolitana e Comunidade Intermunicipal, tendo durante este extenso período implementado várias reformas na gestão daqueles Órgãos, que assumiu sempre com um gosto pessoal e peculiar, que lhe permitiu desenvolver e realizar, conjuntamente com os restantes Presidentes de Câmara, um vastíssimo conjunto de projetos, eventos e obras, em prole dos municípios dos Concelhos pertencentes à CIRA.

Ao terminar este ciclo de governação regional, saúda-se o seu generoso, dedicado e competente desempenho pelo trajeto de afirmação do território, tendo contribuído ativamente para a construção da região, promovendo e desenvolvendo um relevante esforço em congregar vontades em defesa de ideias comuns, sempre com uma indelével determinação política e conhecimento técnico.

Reconhecendo-se que Ribau Esteves, também prestou durante este período relevantes serviços ao Município de Ílhavo, dedicando-se desde muito jovem, com uma invejável tenacidade, dedicação e competência à gestão autárquica, que iniciou em 1990 com apenas 24 anos no desempenho de funções de primeiro Vereador da Juventude e Defesa do Meio Ambiente, e posteriormente colocou ao serviço do Município uma forte dinâmica, nas áreas que abraçou, culminando em 1997, com a sua eleição de Presidente da Câmara Municipal de

Ílhavo, onde permaneceu dezasseis anos, encetando um desenvolvimento ímpar em todo o território municipal de uma forma equilibrada, mobilizadora e inteligente.

Nesta ambiência, Ribau Esteves merece a nossa gratidão, pelo papel importante que demonstrou na defesa de projetos levados a efeito no Concelho de Ílhavo pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, sendo merecedor do reconhecimento e agradecimento da população de Ílhavo, e em especial da Assembleia Municipal de Ílhavo, pelo que se propõe a aprovação do presente voto de louvor, testemunhando o nosso apreço pelo notável trabalho desenvolvido no exercício do cargo de Presidente da CIRA.

Ílhavo, 29 de novembro de 2023. O Grupo do PSD da Assembleia Municipal de Ílhavo.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (23':40")

«Talvez... íamos voto a voto. Exatamente. para o nosso Primeiro Secretário descansar. Alguém quer utilizar a palavra? Muito bem. Neste caso, Luís Leitão, por favor.»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: (24':05")

«Boa noite a todos. Não deixa de ser inusitado este de voto de louvor, mas eu gostava de fazer aqui um ou dois considerandos sobre esta situação. Considero, o título pessoal, e também subscrito por pela maioria dos meus camaradas, de que quem desenvolve, quem desempenha, cargos públicos, tirando aqueles que manifestamente se desviam do caminho correto e de um caminho eticamente recomendável, dão, no desempenho das suas funções, o seu melhor, devem, independentemente das nossas divergências políticas, deve-lhes ser reconhecido o esforço de terem dado o seu melhor. E, portanto, naturalmente, que expor-me a votar contra ou obter-me a uma personalidade como Ribau Esteves não faz sentido. Esta não é uma declaração partidária, tem que ser um reconhecimento, digamos, até de uma carreira, de alguém que, apesar das suas divergências, das lutas políticas, que muitas dores de cabeça nos causaram - e também parece que a malta do Partido Socialista também lhes causou algumas - mas há um percurso de coerência, de luta, de trabalho, de defesa dos direitos da sua Terra e daquilo em que acredita. E quando vamos a nivelar o desempenho de autarcas, não podemos, propriamente, nivelar o desempenho de Ribau Esteves por baixo. Portanto, eu acho que, a título pessoal, este Voto de Louvor deveria ter sido mais cuidado até pela parte do PSD, podíamos até ter conciliado aqui um texto que pudesse enaltecer até muito mais do que uma tendência. Ou de uma escrita um bocado tendenciosa, e podíamos subscrever a proposta na íntegra.

Pessoalmente também quero aqui dizer, porque todos nós temos história, que eu votei PSD, todos nós temos as nossas cicatrizes uma vez na vida. E foi precisamente quando integrei as listas do PSD no ano da sua primeira candidatura, porque achava que Ribau Esteves tinha um perfil diferente e que poderia fazer diferente, e, portanto, não faria sentido, hoje, esconder-me atrás do meu passado e daquilo que eu entendo reconhecer que Ribau Esteves tem um percurso, goste-se ou não, diferente e muito positivo. Por isso vou votar a favor deste Voto.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (26':59")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Boa noite a todos.

Eu só gostava de tecer duas considerações muito breves. Primeiro recordar, aliás, caberia até mais ao PSD fazê-lo, mas gostaria de recordar que o engenheiro Ribau Esteves já foi condecorado pelo Município de Ílhavo e tem a Medalha de Ouro do Município de Ílhavo. Portanto, eu não entendo este Voto Louvor que aqui é trazido como um corolário de uma carreira, mas, creio eu, fundamentalmente como, digamos, uma homenagem, por assim dizer, um tributo ao desempenho que o engenheiro Ribau Esteves teve à frente da CIRA durante uma série de anos.

E ele nesse aspeto, ele Ribau Esteves enquanto líder da Região, da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, eu próprio tendo estado alguns mandatos, já uns poucos mandatos, na Assembleia Intermunicipal da CIRA, tenho também que reconhecer, e aqui pessoalmente também como Luís Leitão fez, reconhecer o trabalho muito meritório, concorde-se ou não com algumas medidas e algumas decisões, o trabalho meritório do engenheiro Ribau Esteves tem, teve, enfim, já deixou a função a função de Presidente da CIRA, portanto, o trabalho meritório que teve ao uma fase de vida política dele, de Presidente da Cira, nesse aspeto acho que, efetivamente, o Voto de Louvor faz todo sentido. Era só isso, também irei votar a favor.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (28':35")

«Eu acho que não era ou que talvez não seja capaz de dizer melhor do que aquilo que disse o Pedro Martins. O Pedro disse perfeitamente o que se pretende com este Voto de Louvor.

Pretende-se reconhecer o trabalho que o Ribau Esteves fez enquanto Presidente da CIRA. Nós soubemos que ele, e sabemos porque o Pedro Martins também lá esteve comigo, nalguns daqueles mandatos, fez parte da Associação de Municípios da Ria, da Grande Área Metropolitana de Aveiro e depois da Comunidade Intermunicipal de Aveiro. E o Pedro bem se recorda que a Associação dos Municípios da Ria, na sua fase inicial, aquilo era quase um encontro de autarcas e pouco mais, quer dizer. A relevância que aquela Associação tinha e o peso político perante o Governo era muito reduzido. E quando nós fazemos este Voto de Louvor estamos a reconhecer o grande trabalho que ele fez enquanto agregador dos interesses e das vontades dos 11 municípios, agregador das grandes obras e das grandes realizações que eram necessárias nestes municípios. Vejamos a grande luta, que ele tem neste momento, que é a construção do Hospital de Aveiro ou a remodelação, o alargamento, o aumento ou a construção, seja o que for. Tudo isto no interesse dos 11 municípios. Portanto, nós o que queremos aqui é ressaltar o papel que ele desenvolveu enquanto Presidente da CIRA e, certamente, a sua personalidade. Ele não acaba aqui, esse reconhecimento há de ser feito mais tarde e certamente noutra sítio. Todos nos lembramos que, em 2014, já foi agraciado enquanto Presidente da Câmara de Ílhavo com a Medalha de Ouro. Portanto, não era esse o interesse, não era agraciá-lo, ou seja, reconhecer o trabalho que ele fez enquanto ilhavense, enquanto na Câmara de Ílhavo. Era os eventos, os projetos, as candidaturas que ele também soube conquistar para o nosso Concelho e que foram muitas, como vocês sabem. E que nós, hoje, podemos vivenciar aqui no Concelho. Era só isto.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (30':40")

«Obrigado. Não sei se alguém quer mais usar da palavra. Ninguém quer mais usar da palavra. Eu proponho que votássemos já este Voto de Louvor e depois avançássemos para o Voto de Pesar.

Portanto, coloco à votação, então, o Voto de Louvor. Quem vota contra? Quem se abstém? Muito bem, o Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.

Não sei se algum dos outros grupos quer subscrever este mesmo voto de louvor. Caso pretendam comuniquem, por favor.»

O Voto de Louvor é apenso à presente ata.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (31':13")

«Passemos então, agora, ao Voto de Pesar.»

Primeiro Secretário da Mesa, Pedro Tróia: (31':18")

«Voto de Pesar.

Faleceu, no passado dia 15 de outubro, o nosso conterrâneo Rufino Manuel Martins Filipe, personalidade incontornável e manifestamente marcante na vida coletiva e política do Concelho de Ílhavo, em especial na "sua" freguesia de S. Salvador.

Nascido a 24 de junho de 1952, na Gafanha de Aquém, foi durante muitos anos funcionário da Cooperativa Agrícola de Aveiro-Ílhavo CRL, que tinha como atividade principal o comércio por grosso de produtos químicos e venda de produtos e alfais agrícolas.

É reconhecidamente uma figura transversal à maioria das Associações culturais, sociais e desportivas do Concelho de Ílhavo, tendo colaborado e apoiado muitos dos eventos que estas Coletividades levaram a efeito, sempre prestável e disponível, nunca deixando de pautar a sua intervenção e o seu contributo de forma desinteressada e ponderada.

Foi um dos Confrades Fundador da Confraria Gastronómica do Bacalhau, bem como foi um importante impulsionador na criação da Associação Aquém Renasce, da qual era Presidente da Assembleia Geral, e a quem dedicou muito do seu tempo, sempre de forma altruísta, orientando a sua atividade com a sua característica peculiar, de uma entrega total às causas dessas coletividades, sempre na defesa intransigente do crescimento e a afirmação dessas Associações, em prole da satisfação dos seus associados e da população do Concelho.

A nível político, o seu percurso de vida, foi caracterizado por um elevado sentido cívico, merecedor do reconhecimento e confiança da população Ilhavense, que o elegeu inicialmente como secretário, durante um mandato, e posteriormente como presidente do executivo da Junta de Freguesia de S. Salvador, em vários mandatos sucessivos, durante o período compreendido entre 1989 e 2013, num total de 24 anos de dedicação à causa pública, sempre integrado nas listas do Partido Social Democrático (PPD-PSD).

Pelo seu percurso e exemplo de vida, significativamente dedicado à Comunidade Ilhavense e ao Associativismo, bem como pelo importante legado que nos deixa nas áreas da vida

autárquica, política e associativa do Município de Ílhavo, cujo exercício foi desempenhado sempre com entusiasmo e disponibilidade, propõe-se que esta Assembleia aprove um Voto de Pesar pelo falecimento do nosso compatriota Rufino Manuel Martins Filipe e que apresente à sua família as mais sentidas condolências, em especial, à sua esposa e filhos. Ílhavo, 29 de novembro de 2023. O Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Ílhavo.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (33':56")

«Pergunto se alguém quer tomar a palavra. Luís Leitão, por favor.»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: (34':13")

«Tratando-se de um voto de pesar a carga não tem que ser sempre negativa. Eu era amigo do Rufino, como alguns de nós aqui presentes, há muitos anos. Foi ele ou foi através dele que eu assinei a candidatura à lista do Ribau Esteves, já agora, fruto de umas brincadeiras. Almoçávamos com frequência às quartas-feiras, durante muitos anos, durante mais, talvez, de 30 anos. Conheço-o desde muito tempo, inicialmente por ser o senhor Rufino, depois por ser o irmão do meu colega Elói e, mais tarde, por ser o meu amigo Rufino e nos últimos, talvez, 15 anos, por ser meu companheiro da Confraria do Bacalhau. Foi na Confraria do Bacalhau onde pude também conhecer outra dimensão do Rufino. Portanto, é com saudade, mas também com alegria e com reconhecimento, que falamos hoje, aqui, do Rufino. Foi nosso colega na Assembleia Municipal durante muitos anos. Foi um autarca que deu o seu melhor. Que não foi o autarca perfeito, mas foi um bom autarca. E, se dúvidas houvesse, o povo deu-lhe a vitória clara, expressa pela força do voto, sempre que se candidatou. Porquê, mesmo em cores partidárias diferentes, porquê estarmos a este nível a ver as coisas de perspetivas diferentes? O Rufino é uma figura de eleição do Concelho de Ílhavo, da Freguesia de São Salvador e da Gafanha de Aquém em particular. E, portanto, nesse sentido, eu peço, na qualidade de representante da bancada do Partido Socialista, para subscrever esta moção. E a título pessoal um grande abraço esteja lá ele onde estiver.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (36':34")

«O Luís já disse muito do Rufino. Esta morte, quando eu soube da notícia, lembrei-me imediatamente do doutor Resende. Muita personalidade que aqui com connosco conviveu e que também tive o privilégio de conviver. Eu lembro-me perfeitamente que quando fui estudar para Coimbra foi para o quarto onde tinha estado o doutor Resende. E daí vem uma grande amizade com o doutor Resende, apesar das disputas políticas que não foram muitas, porque, entretanto, ele deixou de estar presente nesta Assembleia.

Mas com um "Rof", o célebre "Rof" também foi uma grande amizade que eu adquiri aqui, em Ílhavo, desde o início. E recordo-me de muita coisa que ele fez. Especialmente em 1998, quando a Banda dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo - Música Nova - estava de rastos, praticamente não tinha músicos, só tinha dívidas, tinha uma sede. E foi o Rufino que me foi bater à porta e me foi convencer para ir tomar conta daquela banda. Eu só lhe perguntava: fazer o quê se aquilo está a morrer? Não temos capacidade para fazer nada, não há dinheiro, não há músicos, não há maestro, não há nada. Mas tens aqui o meu irmão, tens aqui o Elói. Fantástico. Outro que tal com quem também tive o privilégio de conviver muitos dias e muitas noites. E esta amizade que se refletiu nesta morte que foi prematura, 72 anos, ainda está quase na juventude, não é? Não merecia, penso eu que não merecia.

O trabalho que fez na junta foi fantástico. Eu recordo-me das lutas que ele travou na altura com o Ribau Esteves por causa das novas instalações da Junta. Todos sabemos onde é que eram antigamente. Aquilo era quase que um barraco, uma coisa diminuta. E ele sempre lutou aqui, em outros fóruns, por uma sede condigna e que tivesse o valor que merece uma Junta. Conquistou-a, reconstruiu o edifício e hoje temos o privilégio de ter aquela sede. E depois, o reconhecimento que a população lhe dava, o carinho com que a população o tratava, que lhe permitiu ter estas vitórias sucessivas, durante 24 anos. Pelo que foi um autarca, para mim, exemplar, que estava sempre no terreno, muito próximo do amigo, muito próximo do cidadão. E que para a família e para nós todos, foi uma pena a sua perda. E que no final, inclusive, deixou uma junta governável e com capacidade de autonomia, com capacidade de realização de obras, com equipamentos, com infraestruturas. Sintomático. Foi aquele autarca que todos nós deveríamos ser, desinteressado. E sempre a pautar pela defesa dos interesses dos seus municípios e concelhêos. Portanto, acho que foi uma perda que não se perdoa e que tocou fundo.

Fui uma vez à Europa. Fiquei com o Rufino no mesmo quarto. Fui uma vez ao Pico, fiquei com o Rufino no mesmo quarto. Partilhei, várias vezes, enfim, bons momentos e maus momentos e boas noites. Como certamente aquilo, o Leitão já o disse, também passávamos

bons momentos e ficaram grandes recordações. Ele merece, onde estiver, que nós lhe façamos este reconhecimento.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (40':18")

«Muito obrigado. Vamos colocar à votação este Voto de Pesar.

Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, Voto de Pesar aprovado por unanimidade.

E comunicar o Plenário da Assembleia Municipal de que os restantes partidos subscrevem o Voto de Pesar apresentado pelo PSD.

Estamos a falar de uma pessoa muito especial e este silêncio barulhento representa isso mesmo. Creio que desde que esta Mesa e esta Assembleia Municipal tomou posse talvez terá sido a primeira vez que perdemos um autarca deste calibre. E, portanto, nesse sentido, eu proponha uma salva de palmas ao nosso Rufino.»

O Voto de Pesar é apenso à presente ata.

Período de “Antes da Ordem do Dia”

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (41':34")

«Vamos pensar agora ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Portanto, vamos passar às intervenções que devem ser centradas em assuntos de relevância para o município e que não coincidam com as temáticas apresentadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal no relatório da atividade municipal constante do ponto 3 desta Ordem do Dia, nem com a restante ordem.

Portanto, neste momento, a rotação inicia-se com o Chega, depois o PS, depois 'Unir Para Fazer' e, por fim, o PSD. Abro desde já as inscrições para as intervenções perguntando se o Chega quer intervir? Prescinde, muito bem. Do PS quem se inscreve? Temos o Pedro Martins e o Luís Leitão. Do 'Unir Para Fazer'? Pedro Cristo. Do PSD? Temos a Margarida, temos o Augusto e o Flor Agostinho. Ok, não falta ninguém? Muito bem, então vamos começar com as intervenções com o deputado Pedro Martins, por favor.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (43':14")

«Posso, Senhor Presidente? Muito obrigado.

Bem, eu no Período de Antes da Ordem do Dia vou trazer aqui um tema que já foi abordado na última, se não estou em erro, na última Assembleia Municipal, que tem a ver com o Parque Desportivo do Bairro dos Pescadores da Costa Nova e o que ali aconteceu, o Parque de Estacionamento para Autocaravanas ali instalado durante o Verão e parte do Outono, por ação da Câmara Municipal de Ílhavo e da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação.

Eu começo por dizer que não há aqui, eu quando aqui venho intervir, não venho fazer ataques pessoais a ninguém. Eu venho, eventualmente, criticar a atuação de algum órgão, neste caso da Câmara Municipal, um partido, enfim. Não é, não se trata de ataques.

Mas, efetivamente, já aqui tínhamos abordado a questão na última Assembleia Municipal. Tomámos conhecimento e, na altura, tinha sido perguntado se a Câmara tinha, de alguma forma, colocado a questão ou interagido com a Agência Portuguesa do Ambiente, a Administração da Região Hidrográfica do Centro. Bem, tomámos agora, acabámos de tomar conhecimento da posição da Administração da Região Hidrográfica do Centro relativamente a esta matéria e uma posição muito clara sobre o sucedido. Primeiro de tudo, eu gostaria de destacar o mau exemplo que a Câmara Municipal de Ílhavo deu aos munícipes, sejam eles particulares, empresas, etc., ao ter ela própria atuado em violação da lei, naturalmente em sentido amplo. A Câmara Municipal deve ser a primeira a cumprir a lei e a respeitar intransigentemente os instrumentos de gestão do território, sejam eles planos de pormenor, neste caso, o plano em causa, o Plano de Pormenor da Área de Equipamentos da Frente Marítima da Costa Nova, seja o Programa da Orla Costeira Ovar - Marinha Grande, no qual estamos inseridos, o POC Ovar - Marinha Grande. Portanto, a Câmara Municipal deve pautar a sua atuação pelo escrupuloso cumprimento da lei, dos planos, dos regulamentos, etc.

O que vimos, neste caso, foi uma situação inusitada de utilização indevida de um equipamento desportivo. O Parque Desportivo do Bairro dos Pescadores da Costa Nova, em clara violação da lei, num entendimento entre a Câmara Municipal de Ílhavo e a Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, tendo, aliás, a Câmara acabado por confessar, no ofício que dirigiu à Administração da Região Hidrográfica do Centro, esta violação de lei a título experimental. Sim, a título experimental foi referido e está escrito no ofício que a Câmara dirigiu à RH Centro.

Como se fosse permitido ou aligeirar-se a responsabilidade da autarquia fazê-lo a título experimental, como situação provisória.

Tenho para mim que esta situação, que se esta situação não tivesse gerado algum alarido social e público protesto, como gerou, a Câmara e a Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, provavelmente, teriam perpetuado esta situação para o futuro. E provavelmente, daqui a um ano, dois, três, continuaríamos a ter lá o Parque de Estacionamento das Autocaravanas. Não sei. Também não quero especular, mas, provavelmente, se a coisa tivesse passado incólume, sem alarido social, enfim, público, teria passado e teria continuado. Não pode ser assim, pede-se mais cuidado e uma atenção redobrada à Câmara Municipal de Ílhavo que tem, naturalmente, mais responsabilidades nesta matéria do que a Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação. Até porque a Câmara tem ao seu dispor outro tipo de recursos e de gestão destes processos que, naturalmente, uma Junta de Freguesia não tem. Dito isto, aliás, eu tinha referido na outra Assembleia Municipal que há limites para o poder discricionário, os, órgãos executivos ou outros têm limites na sua atuação, que é a lei... a lei, os regulamentos, os planos, etc. Aqui, isso não foi respeitado.

Por outro lado, tem agora a importância que tem, mas a verdade é que persiste a falta de manutenção daquele parque, pelo menos a avaliar por fotos que me foram enviadas ainda ontem. Isto, por um lado. Creio que a Câmara, nesta altura, estará mais atenta a esse aspeto, até porque aquele parque está no foco da atenção das pessoas.

Por outro lado, parece confirmar-se o interesse de uma associação desportiva disposta a retomar a atividade no local e a passar a utilizar aquele parque desportivo, portanto, com alguma regularidade. Boa notícia. Cabe à Câmara Municipal fomentar esse uso desportivo, condição essencial para que aquele espaço não fique votado ao abandono.

Para concluir, a Administração Geográfica da Região Hidrográfica do Centro teve, assim, oportunidade de esclarecer não ser possível alterar o Plano de Pormenor da Área de Equipamentos da Frente Marítima da Costa Nova, que, creio, que era um fim pretendido pela Câmara Municipal. Mal, a nosso ver.

A RH Centro já diz que não é possível alterar o plano de pormenor para parque de estacionamento de autocaravanas ou outro. É, aliás, interessante sublinhar tratar-se de um local inserido em faixa de proteção costeira e ainda reserva ecológica, de modo que, por este motivo, torna-se ainda mais incompreensível a opção da Câmara Municipal de Ílhavo dadas estas condicionantes, tendo em conta, como não pode deixar de ser, o interesse maior da proteção da natureza posto em causa, a caso o propósito da Câmara fosse por diante, como, aliás, acabou por ir neste Verão.

Pede-se, assim, mais atenção na gestão deste tipo de processos e um escrupuloso cumprimento da lei. É o que se pede, como não podia deixar de ser. Muito obrigado.»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: (49:44")

«Desculpem, mas deve ser alergia a qualquer coisa.

Ora bem, eu vou aproveitar estes sete minutos para falar de algo que é muito importante para o município e que não tem, necessariamente, que ser uma visão meramente local.

Hoje é um dia importante porque hoje votou-se ou foi a votação final sobre o Orçamento do Estado para o próximo ano. Sei que hoje é um dia querido para os meus colegas da bancada do PSD porque já estavam ali a movimentarem-se nos meus comentários, mas hoje é verdadeiramente um momento importante. É hoje o dia em que se encerrou o principal objetivo destes últimos dias do mandato do nosso Primeiro-Ministro, António Costa. A proposta passou, como seria esperado, com os votos da maioria do Partido Socialista. Depois de aprovado o Orçamento de Estado pela maioria parlamentar do Partido Socialista, no próximo ano os portugueses vão ter um orçamento que prossegue a trajetória da melhoria dos rendimentos, que promoveu o investimento e que protege o futuro. Ao longo destes oito anos, foi possível demonstrar que, com uma política económica que apostasse em mais emprego, com mais qualificações, em mais inovação, o país teria mais investimento empresarial e mais capacidade de uma maior exportação. Também se virou a página da austeridade com este Governo. Também se tirou país de uma situação de défice excessivo para uma situação de sólida e tranquila estabilidade orçamental, que aumenta agora as liberdades das escolhas políticas. Para o Partido Socialista, o país tem agora mais capacidade, o país tem mais liberdade e, portanto, seguramente poderá prosseguir uma trajetória de continuada melhoria. Encerrou-se, hoje, um debate importante, que deu oportunidade, também, a muitos para divagarem sobre aquilo que já é o posicionamento para as próximas eleições. Mas foi momento que marca o final político desta legislatura sobre qualquer prisma que se olhe. Os últimos oito anos foram dos períodos de maior progresso e desenvolvimento do país. Concorde-se ou não, há dados objetivos: convergência económica

com a União Europeia; o emprego em máximos históricos; os salários a crescer acima da inflação; a pobreza abaxiar; contas certas e a dívida a cair. Estes são resultados de uma governação que enfrentou uma pandemia, os efeitos da guerra na Europa e uma crise inflacionista.

Conforme disse, hoje, o Ministro das Finanças, Fernando Medina, são as boas medidas que fazem os bons resultados. Disse, várias vezes, que são as boas medidas que fazem os bons resultados. E teve bons resultados porque o PS praticou boas políticas.

O sucesso desta governação assentou na destruição dos pilares fundamentais da política económica e social dos partidos à nossa direita. Durante os governos da coligação do PSD e do CDS, Portugal regista já, em 2020, e registará em 2023, o nível de dívida pública inferior à Grécia, a Itália, a Espanha, a França e a Bélgica, e uma dívida pública inferior a 100% do PIB no próximo ano 2024. Repito, uma dívida pública inferior a 100% do PIB. Estas palavras foram também do Ministro das Finanças.

Este Governo derrotou a austeridade, enfrentou uma pandemia, reconquistou a estabilidade financeira do país, irá ultrapassar este ciclo de inflação. São as boas medidas que fazem os bons resultados. São as boas medidas que fazem os bons resultados.

Porque, hoje, pelos vistos, é dia de falar de e sobre Ribau Esteves, eu vou também aproveitar o momento para falar de um rapaz cá da terra, como ele, normalmente, tantas vezes se refere a si próprio. Aproveito para utilizar as suas palavras e lembrar aquilo que disse para que não tenha eu a carga de uma opinião tendenciosa. E, assim, Ribau Esteves considera a proposta de Orçamento de Estado para 2024 positiva para os municípios. Ribau Esteves destaca como positivo o cumprimento da Lei das Finanças Locais que, pela primeira vez, foi cumprida pelo Governo do Partido Socialista na proposta do Governo, no que às transferências para os municípios diz respeito. A medida vai permitir que, em 2024, haja um crescimento das transferências dos fundos do Orçamento do Estado em cerca de 600 milhões de euros para os municípios. Ílhavo será também beneficiado com as medidas do Governo do Partido Socialista. É um aspeto positivo, pois existiram governos do passado que não cumpriam a Lei das Finanças locais, mas é apenas o cumprimento da lei, disse Ribau Esteves. Mas este Governo foi o primeiro a cumprir a lei.

Uma segunda medida que Ribau Esteves classifica como importante e muito positiva é deixarem os municípios, também, de suportarem algumas despesas com a ADSE dos seus funcionários. Mais um apoio aos cofres das câmaras municipais, a qual Ílhavo não é exceção. E por fim, porque se aproxima um período eleitoral, tendo em conta a narrativa que muitos tentam passar sobre a confiança e credibilidade dos candidatos a líder do PS e do próprio PS em si, relembro então as palavras de Ribau Esteves que tanto reconhecemos como um homem atento e sábio no desempenho das suas funções. No dia 6 de maio de 2022, disse assim Ribau Esteves: “Montenegro representa o pior que o PSD tem”.

Vamos então à luta. Força Partido Socialista.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do ‘Unir Para Fazer’: (56’:21”)

«Senhor Presidente da Mesa, cumprimentos aos restantes membros. Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores. Caros colegas. Pessoas aqui presentes, comunicação social. E as pessoas em casa que estão aqui assistir.

Temos aqui algum compromisso da parte do Movimento em que as nossas intervenções, esforçamos em que sejam mais concisas, pragmáticas e rápidas para facilitar aqui os nossos trabalhos e tendo em conta muitos pontos que temos sempre nas nossas Assembleias.

Eu queria aqui, só, neste Período Antes da Ordem do Dia, trazer aqui três pontos. Um de carácter internacional, um carácter nacional e um ponto aqui de carácter local.

De carácter internacional, nós tivemos já na segunda reunião da última sessão, já tinha existido a invasão do Hamas a Israel, mas não tivemos oportunidade de falar. Nós não podemos deixar, o Movimento não pode deixar de lamentar o conflito, independentemente da razão de cada um, mas por que existem mortes de pessoas inocentes, porque existem consequências de se arrastar este conflito para outros países e limítrofes. E até mais diretamente a ver connosco, porque isto tem repercussões conforme tem a guerra na Ucrânia com os russos, das repercussões a nível da nossa própria economia.

A nível nacional, o Movimento transmite a alguma preocupação com esta crise política. Estejam descansados que não vou aqui fazer nenhuma campanha eleitoral, neste momento, mas temos uma preocupação muito grande. E a preocupação muito grande é novos políticos, novos governos. Ílhavo tem projetos já aprovados ao nível da Escola Secundária de Ílhavo e da Escola Secundária da Gafanha da Nazaré e na EB 2,3 para a sua recuperação. E está em curso a avaliação dos projetos, os financiamentos dos projetos para o Centro de Saúde da Gafanha e Centro de Saúde de Ílhavo. Por isso, é uma preocupação nossa que isto cause

alguma instabilidade e que possa criar alguma entropia nestes projetos que tanto custaram e que nós tanto almejamos, qualquer seja um de nós daqui e que esteja aqui sentado. Para concluir, mais aqui a nível local. Queria aqui evidenciar um atleta do nosso Concelho que está, hoje, em Vejer de la Frontera a representar Portugal no Concurso de Saltos Internacional Nations Cup. Trata-se de um cavaleiro, o Rafael Diniz Rocha, que com mais quatro equipas selecionadas, cavaleiro e cavalo, estão a defender as cores nacionais. Podia evidenciar os vários concursos nacionais de saltos que já venceu este ano, como Coimbra, Lisboa, Barcelos, etc., mas gostaria de concluir com mais esta evidência. No passado mês, de setembro, o Rafael esteve com dois cavalos no Campeonato do Mundo de Cavalos Novos. Em Lanaken, na Bélgica, por ter sido selecionado por Portugal, juntamente com mais três cavaleiros. Trata-se de um desporto pouco divulgado, mas Ílhavo é mais rico com mais este desporto. Pessoalmente, tenho muito orgulho, não só porque o vi crescer junto de onde vivi, mas também porque começou a competir com um cavalo dos meus. São estes feitos dos ilhavenses que levam Ílhavo mais alto. É só.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (01:00':41")

«Caro Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo, na sua pessoa cumprimento os Secretários. Caro Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, na sua pessoa cumprimento os Vereadores do Executivo. Caros Membros da Assembleia Municipal de Ílhavo de todas as cores partidárias e do Movimento Unir Para Fazer. Caro público, estimada comunicação social e às pessoas que nos acompanham lá em cá.

Eu, por acaso, não iria falar neste assunto, mas depois de ver ou ouvir a intervenção entusiasmada de Luís Leitão relativamente ao Ribau Esteves, eu também vou aconselhar o Luís Leitão a ver intervenção, ouvir a intervenção do Ribau Esteves no dia 25 de novembro, que nós, no Partido Social Democrata, festejamos com muito orgulho, no Congresso do Partido Social Democrata que é completamente o contrário daquilo que acabou de afirmar aqui. Na altura estava uma disputa interna, na qual eu não me vou entrar na disputa interna do Partido Socialista. Mas já que está tão interessado, ouça a intervenção do Ribau Esteves, no dia 25 de novembro, em Almada, quando nós festejávamos o 25 de Novembro e também estávamos em Congresso Estatutário. Convido-o a ver, pode ir ao PSD TV, no YouTube, e ouça atentamente com todas as vírgulas e pontos finais.

Relativamente àquilo que me traz. Curiosamente, após o Partido Social Democrata trazer o assunto aqui duas vezes, os DAE começaram a ser entregues nos estabelecimentos a que estavam designados. Caro Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, a propaganda está feita e a formação? Onde está a formação técnica? Está planejada ou vou ter que recorrer à pessoa que terá capacitação para me responder? Por via de ser um trabalhador que já mostrou trabalho, e sei que vai fazer um bom trabalho, que é o Coordenador da Proteção Civil, Pedro Gonçalves. Em termos de formação, já houve inscrições? Onde é que está? Quem são os formadores, quem dá essa formação? Entregar os equipamentos, não precisava de fazer essa propaganda na rede social. Senhor Presidente, peço imensa desculpa, mas teria que o dizer.

Outro assunto que me traz aqui e que me preocupa é que em março de 2023 o 23 MILHAS perdeu o seu diretor - perdeu, não... o seu direito auto exonerou-se, o Jorge Loureiro - e o Senhor Presidente de Câmara prometeu um concurso para o lugar. Estamos em novembro de 2023. Passados mais de seis meses esse concurso não existe. Porque é que não existe? Se vai existir? Para quando? E como é que vai ser a gestão de 23 MILHAS? Naturalmente que há, aqui... vou ficar por aqui, agora, porque vou aguardar atentamente as respostas do Senhor Presidente da Câmara e depois, se entender, posso colocar outras questões. Muito obrigada.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (01:04':17")

«Eu só venho aqui para enaltecer. Já o foi feito, aqui, no passado, Eu não estava cá nessa reunião. Enaltecer a Assembleia Municipal de Ílhavo pela distinção do prémio da ANAM 2023, o prémio de boas práticas, que mereceu a menção honrosa pela implementação da Assembleia Municipal Jovem de Ílhavo. Esta notícia, para nós, deve ser enaltificada, deve ser recebida com agrado. Este era um dos poucos eventos ou uma das poucas realizações que é criativa e inovadora no Município, porque o que nós temos assistido, até hoje, durante dois anos são reformulações daquilo que já existia ou pouco mais, com algumas alterações e adaptações, mas de inovador pouco ou nada assistimos até hoje. Já lá vão dois anos. E esta é uma das iniciativas que tem sido bem recebida nas escolas. Têm recebido o apoio dos alunos, dos pais, dos professores e das líderes dos agrupamentos. Tem como objetivo fundamental incrementar o debate e a análise e o sentido crítico, de preferência político,

trazendo para o fórum das escolas o confronto de ideias, o confronto dos problemas, levantar processos sociais. Eu posso testemunhar que nas nossas escolas, nomeadamente as secundárias, está a ser uma realidade e está a ser bem aproveitado pelos alunos e pelos professores. O debate existe, as crianças e os jovens vivenciam esta questão. Estão interessadíssimos em participarem em mais assembleias. Estão interessadíssimos em escrever, em fotografar, em avaliar, em analisar este estado em que se encontra o Concelho, a verificarem as deficiências, as necessidades, a apresentarem ideias e projetos. Isto é fundamental. Acho que foi uma grandessíssima ideia da Mesa da Assembleia, na altura, que nós acarinhámos, todos os líderes. E consideramos que o lema se mantém, "Este município também é meu". Acho que isto tem que entrar no espírito dos jovens ilhavenses, para que possamos ter um futuro melhor.

Sabemos todos que os objetivos no futuro é o desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030 da ONU e os seus 17 temas. Esperemos que para o ano possamos ser agraciados com outro prémio, certamente. E se o formos certamente que as escolas ficarão extremamente contentes, porque nós sabemos que o trabalho está a ser feito e no dia 3 de janeiro cá estaremos para ouvir mais umas intervenções, ver mais uns filmes ou mais umas fotografias daquilo que se pretende para o Concelho e daquilo que o município deve fazer e deve aproveitar e deve discutir no sentido de termos um melhor Concelho e mais desenvolvido.

Portanto, estamos de parabéns. Era só para me congratular com este facto. Penso que essas duas peças que aí estão representam precisamente este feito. O Senhor Presidente, depois fará o favor de me explicar o quê.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:07:50")

«Muito obrigado. Terminada esta primeira ronda, dou a palavra ao, Senhor Presidente da Câmara. Faz favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:08:00")

«Muito boa noite a todos. Cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia. Todos os outros elementos da Assembleia, o público, as pessoas que nos estão a ouvir lá em casa, quem nos acompanha em especial, e a comunicação social.

Dar também a minha opinião sobre aquilo que foram os votos de louvor e de pesar. E também parabenizar o nosso aniversariante, membro do Executivo Municipal.

Quanto ao louvor dado ao engenheiro Ribau Esteves, pois a CIRA já o fez, já o fiz por diversas vezes. E, portanto, acho bem, independentemente de todos os resultados que ainda possam vir deste autarca, acho que marcamos também aqui um ponto, que representou muito bem nestes 21 anos, salvo erro, na nossa Comunidade Intermunicipal e agregou vários grupos e tem um cargo importante na nossa Associação Nacional de Municípios Portugueses, como Vice-Presidente, representando esta em vários grupos de trabalho na Assembleia da República e não só, defendendo aquilo que já ouvi hoje, aqui, os interesses dos municípios portugueses. Dando também, ao Luís Leitão, uma palavra de agradecimento pelas referências que fez, porque muito outro trabalho foi feito também pela Associação Nacional de Municípios Portugueses em defesa dos municípios e que este Governo também colocou na sua ordem de trabalhos. E também relativamente às freguesias deste país e que agora, com o Orçamento de Estado aprovado será uma realidade em 2024.

Relativamente àquilo que é a vontade do senhor Pedro Martins em falar no Parque Desportivo da Costa Nova e a vontade de ver o ressurgimento ou não de uma associação que, pelo que sei, nem existe. Vou ter a primeira reunião dia 6. Veja lá o que se despoletou com isto tudo, ter uma reunião dia 6. E pela atividade desportiva, ou não, que existe também nesse equipamento nos últimos anos, que o senhor também deve ser portador dessas fotografias, como as que hoje também recebeu, e, portanto, vão fazer prova desta vontade que também alguns elementos têm. Exceto aqueles que, no final do ano, normalmente, se reúnem para fazer uma peladinha, em que maior parte já não são os velhos pescadores, nem os pescadores, são muito jovens que o fazem. E que também deverá ter fotografias disso para nos mostrar e para recordação futura. A única pena que eu tenho, e digo-o, lamentando aquilo que vejo dos políticos hoje em dia, é o que se passa no foro interior de algumas reuniões de trabalho e rapidamente está cá posto fora, sem perceber muito bem o porque é que estas questões cada vez se sabem mais. E mais rápido até, muitas vezes, que quem dirige esses próprios organismos ou chefia essas próprias equipas. Isso é que nós temos que pensar e tem que ser punido.

Relativamente ao senhor Pedro Cristo. É bom. Ainda vamos ter oportunidades, espero eu, no dia de amanhã de discutir estas situações do que pode ou não afetar o comportamento da nossa economia com todas estas convulsões que estão a acontecer. Quando fala nos aspetos políticos, vimos demissões sucessivas de líderes, mesmo a nível nacional e local, faltas de liderança, pessoas inaptas ou inabilitadas. Vê-se uma série de coisas que eu pasmo até coisas do perdido, estou perdido ou estão perdidos ou está perdido e não percebo muito bem o que é que se refere nestes comunicados. Mas olhe... nós mantemos esse trabalho.

E bem que referiu que estas guerras realmente andam a criar outras guerras que não me cabe a mim resolvê-las como Presidente da Câmara. Cabe a mim continuar a trabalhar para uma boa execução e para que os municípios continuem a ter a opinião que têm sobre o Executivo Municipal. Porque não falo normalmente com aqueles que estão, diria eu, muito arregimentados, estão fora desse quadrante. E, portanto, vou vendo isso.

Relativamente àquilo que fala dos projetos, gostaria muito de ter novidades para si. Gostaria muito de lhe dar essas novidades. Ainda hoje não temos relativamente a um processo delicado que está a decorrer, que é aquilo que é o acordo das 8 CIM com a Comissão Coordenadora da Região Centro, ainda hoje estamos a discutir esse processo. Porque está na ordem de trabalhos, também, nós continuarmos a discutir e ver se fechamos isto até ao final do ano.

Relativamente aos projetos de resiliência, portanto, PRR, também aguardamos esperançosamente que aquilo que nós enviamos, em tempo devido, seja avaliado e sejam dadas a conhecer, ao Executivo Municipal, aquilo que são, que é a validade dos nossos projetos. Tendo notas de agrado já relativamente aos centros de saúde. Mas caberá outra altura, porque eu ouço, de um lado, que somos muito fortes na comunicação. Noutra lado, falhamos nessa comunicação. Portanto, mais vale conter um bocadinho e depois somos fortes na comunicação.

Relativamente aos atletas nacionais, e referiu Rafael Diniz, é uma pessoa que também reconheço o valor nesta área e, portanto, fica também o meu reconhecimento sobre aquilo que afirmou. E que continue a defender e a fazer o trabalho que tem feito também para outros cavaleiros e tratamento também de outros animais que muitas vezes entram nessas competições. Que são feitos, como diz, de ilhavenses e que ainda bem, há bem pouco tempo, quando definimos aquilo que foi a estratégia de apoio às nossas associações, é definida também pelo mérito das suas equipas dos seus treinadores, daquilo que são os prémios de ética que eles têm, aquilo que são os atletas que participam, para além dos campeonatos regionais, em campeonatos nacionais e internacionais. Tudo isso é valorizado. Neste caso o nosso Executivo, mas também já um trabalho anterior. Permitam-me referir aqui, o senhor Vereador de desporto que fez esse trabalho e, portanto, recorrendo também da métrica que foi dada na altura, alterando algumas coisas, penso que estamos também num caminho de consistência nessa matéria, finalmente.

Quanto à Margarida e a questão do EDA. Noto que está atenta, pois o atento é fazer. É pôr em prática aquilo que foi um investimento mais ou menos de 17 mil euros, aproximadamente, com ações de formação e verificação desses equipamentos já no próximo ano, porque eles têm manutenção. Formámos as 80 pessoas previstas, já 30. No período agora de dezembro, devido às férias e à possibilidade que as pessoas têm, vamos formar mais 40 pessoas e, finalmente, deveremos encontrar as outras pessoas. Esta formação irá decorrer sempre. Não vai poder parar. Isto são grupos relativamente pequenos que têm formação e pode também começar a surgir naquilo que são os nossos clubes, naquilo que são as nossas escolas, pessoas já com essas formações e que não seja preciso dar essa formação. As pessoas ficam um bocadinho apreensivas com a situação. Realmente nós, e ainda obrigado por valorizar isso, mas queria-lhe recordar que as escolhas são nossas. E, portanto, reconhece o valor do nosso coordenador municipal, como nós reconhecemos antes de o falar ou antes de o dar a conhecer. E, portanto, está a fazer o seu trabalho. É-lhe muito mais exigido, mas esse é um do trabalho que está a fazer. Espero que a Proteção Civil Municipal, como aquilo que também iremos rever no nosso orçamento, terá um orçamento próprio, terá outros resultados que não são, não deveriam ser tomados em 2023 ou 24, mas que já deveriam estar há muito tempo adquiridos pelo Município, essas competências.

Bem relativamente ao DAE, só para fechar. A notícia, hoje, até não sei se leu a mesma, se não é muito clara que esta iniciativa de prevenção é muito boa, mas a obrigação seria para recintos com mais de 5 mil pessoas.

Portanto, é só isto que eu tenho que deixar como nota. Concluímos o processo que recebemos, estamos a concluí-lo. Se lhe parece fácil, a mim nunca me pareceu fácil. Se me parece que é fácil no futuro, também não me parece que seja fácil no futuro. Espero mesmo

que não se sirvam desses equipamentos nunca, mas deixemos isso para outras contas e outros rosários. E veremos isso.

Relativamente ao senhor Flor Agostinho não tenho nada a dizer. Portanto, vive-se um novo momento na política local. É um momento muito giro, muito giro. Iluminado por muitas coisas. É pena que essas iluminações que já foram até criticadas agora no Natal, não tenham surgido há mais anos, mas estamos a vivê-lo com essa energia, com essa entrega que não está só fora da Câmara, mas também está dentro da Câmara. Às vezes ficamos sempre do lado de lá, é muito mau quando andamos pouco do lado de lá e pouco do lado de cá, e, portanto, nem ficamos de um lado, nem de outro. Mas agora sentimo-nos vitoriosos por uns apareceres assim relâmpagos e somos os maiores.

Portanto, Senhor Presidente, muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:18':28")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou abrir a inscrição para a segunda ronda de inscrições. Pergunto se o Chega, sim? Portanto, temos o Sérgio. Do Partido Socialista? Pedro Martins. Do 'Unir'? Muito bem, não há inscrições. Do PSD? Temos a Margarida, o Augusto e o Flor Agostinho. Mais alguma inscrição?

Muito bem, então vamos começar por dar a palavra ao Sérgio Louro.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega: (01:19':28")

«Ora, boa noite a todos presentes. Vou ser muito breve. Há uma virtude desta noite, o foco já ter sido colocado na Costa Nova. E era também oportuno o Executivo olhar para aquele edifício, uma arquitetura distinta, que é o Cais Criativo. A mim custa-me bastante, cada vez que passo pelo Cais Criativo, aperceber-me que aquilo está completamente dotado ao abandono. E é uma pena que aquele edifício tem características únicas. E, portanto, necessita de algum foco por parte do Executivo, de forma a dar manutenção àquilo e por que não utilizá-lo, porque ele acaba por se estragar mais por não ser utilizado, do que se calhar dando alguma utilização frequente ao mesmo. Obrigado.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (01:20':33")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu gostava de referir, venho apenas, aliás, venho apenas aqui para referir o seguinte. Eu ouvi atentamente a resposta ou não resposta, se me é permitido assim dizê-lo, que o Senhor Presidente da Câmara deu à minha intervenção, mas para que dúvidas não restem e porque foi levantada uma suspeição acerca da obtenção da informação, enfim, eu também não percebi muito bem aquilo que foi dito, mas terá sido por aí. Para que dúvidas não restem, eu gostava de dizer que a minha intervenção de há pouco encontra-se sustentada em informação recebida pelos canais oficiais, nomeadamente pela resposta que a Administração da Região Hidrográfica do Centro deu a um requerimento que o senhor vereador Sérgio Lopes fez à RH Centro. Portanto, tudo aquilo que eu aqui referi encontra-se baseado em informação oficial obtida pelos canais oficiais. Portanto, não vou, não quero que o Senhor Presidente explique as suspeições que aí levantou. Penso que não interessa, muito sinceramente, para o debate, porque o tema, a minha intervenção foi outra, enfim. Mas de qualquer forma gostava de deixar isso muito claro, defendendo aquilo que eu sempre defendi, que é a transparência da atuação dos órgãos administrativos da administração pública, administração autárquica, etc. Portanto, quem não deve não teme. A informação deve ser transparente, cristalina e deve ser utilizada por todos. A obtenção da informação foi por esta via. Muito obrigado.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (01:22':22")

«Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente da Câmara, relativamente à questão do 23 MILHAS fiquei sem resposta, mas isso já começa a ser hábito de não responder aos membros desta Assembleia Municipal, nomeadamente os da oposição.

E digo-lhe uma coisa. Fica um bocadinho deselegante da sua parte recorrer a entrevistas na área do desporto da comunicação social da nossa área e utilizar palavras dos outros. Não sei se tem noção do que está a fazer ou se de facto lhe falta algum sentido democrático de como é que os partidos trabalham e funcionam.

O Partido Social Democrata antecipou eleições. Eu vou lhe explicar, Senhor Presidente de Câmara. Antecipou eleições no nosso Concelho ao abrigo da antecipação das eleições legislativas, porque o mandato seria até ao mês de maio. Foi antecipado porque o Governo

caiu e, naturalmente, havendo uma demissão em bloco - já lhe digo... foi em bloco, não houve divisões, da mesma forma que na eleição não vai haver divisões. Se quer lançar essa suspeita o povo do Concelho de Ílhavo sabe que o Partido Social Democrata não está dividido. Porque estão lá os melhores e os melhores vão se rodear dos melhores. Nós não somos uma sociedade unipessoal, nem usamos só um nome para fazer vender votos. Nós somos o Partido Social Democrata, exigimos respeito, temos estatutos, os estatutos estão praticados, as coisas estão apresentadas. E sim... as eleições foram antecipadas por causa do processo legislativo, onde as comissões políticas concelhias têm que tomar uma posição, nomeadamente no que cerne, com certeza que o senhor Presidente da Câmara não vai ter essa experiência, no que cerne a escolher os deputados da nação. Portanto, isto é, essa escolha serem legitimadas e depois validadas pelo Tribunal de Constitucional. Senhor Caro Presidente da Câmara, é que é assim. Não se deve meter a foice em seara alheia. E não sou do Partido Comunista, mas este ditado, acho que assenta muito bem em si. Muito obrigado.»

Augusto Rocha, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação / Grupo Municipal do PSD: (01:25:08")

«Senhor Presidente, boa noite. Mesa, Senhor Presidente da Câmara e respetivo Executivo, Membros das bancadas. Público aqui e nas nossas redes sociais. Aqui, aos membros que fazem a transmissão e ao Miguel Araújo. Boa noite a todos.

Eu não era para intervir. Pressupus que tivesse necessidade de intervir. E, entretanto, vou intervir em duas situações, começando eventualmente pela mais rápida, que é relativamente ao Sérgio e à Costa Nova.

Penso que não foi precisamente dirigida a mim, a interpelação que fez, mas permita-me discordar porque o equipamento está funcional. Nós temos lá, não utilizo muito enquanto Executivo de Junta, mas fazemos pelo menos lá duas Assembleias por ano. Há duas na Encarnação e duas na Costa Nova. E até a presente data não detetei qualquer deficiência no funcionamento do equipamento. Eventualmente, poderá necessitar, em termos exterior, de alguma pintura ou quê. Não sei se sabe, ou não, que a parte metálica é propositadamente daquela forma. Não sei se ele sabe ou não, mas estou a esclarecê-lo disso. Eventualmente, uma outra situação que possa estar menos bem, mas em termos de equipamento, na sua globalidade, não me parece que esteja mal. Mas está aí nosso Presidente da Câmara que podes esclarecer melhor que eu.

Agora, relativamente aqui à intervenção do Pedro Martins. Eu penso que já houve alguns esclarecimentos que eu fiz na Assembleia de Freguesia e alguns aqui. Penso que o Vice-Presidente também já esclareceu aqui algumas coisas. Eu tenho aqui mais umas notas, dada a intervenção do Pedro, e que me parecem pertinentes.

Eu penso que, aqui, não está ninguém a esconder nada a ninguém, nem nunca esteve. Muito menos da minha parte. E quando fazemos as coisas, fazemos, pelo menos eu faço, sem qualquer intenção política nos mais de dez anos que estive à frente da Junta de Freguesia. E vou continuar assim até aos dois últimos que me faltam. Portanto, se há alguém que, tradicionalmente, faz as coisas parecerem outras por intenção política eu acho que o PS é perito nisso. Não sei se querem conselho ou não, mas já cá estou posso dizer alguma coisa relativamente a isso. O vosso estilo de fazer política, pelo menos aqui no Município, não tem funcionado muito bem. Portanto, acho que as publicações a criar alarido social, como diz o Pedro Martins... eu penso que se fossem até aos próprios votantes do PS, na Costa Nova, não conseguiriam mais de 10 pessoas a subscrever essa vossa causa relativamente ao Parque das Autocaravanas. E extrapolando isso para o resto da população, se eventualmente essa decisão fosse a votos da população 90 a 95% votariam a favor da dupla utilização do Parque Desportivo, para autocaravanas, para jogar futebol, rãguebi, para fazer um campeonato de surf lá em areia, seja o que for. Utilizar aquilo. Eu penso que, por vezes, vocês falam por aquilo que vos dizem. E há pessoa que passa na Costa Nova mais vezes que os próprios habitantes, essa pessoa sou eu. E passo uma ou duas, e às vezes mais vezes por dia. E depois da instalação do Parque de Caravanas, posso-vos dizer que a minha rotina e as minhas ruas de passagem mudaram, porque nem sempre virava à direita na escola e agora viro. E vou lá e volto. O Leitão já virou à direita, depois virou à esquerda.

Eu, sinceramente, posso-vos dizer. E tendo uma convicção política de determinada índole não passaria voltar a outra. Se nada impede? Não, nada impede. Eu estou a falar por mim, nada me impede ou nada impede que um pensamento político se não concorda com a política local, faça como foi feito, aqui, por algumas pessoas que formaram um movimento. Não é que eu concorde com este tipo de movimento ou os movimentos desta índole. Nada me levaria contra. Não este tipo.

Eu entendo que, politicamente, para o PS, esta tentativa de criar o alarido social lá, na Costa Nova, não resultou muito bem, porque, tirando meia dúzia de malta ali espicada pelo PS, mais ninguém apoiou isto. E eu entendo isto como, eventualmente, um desconhecimento da área do terreno e da forma de utilização do terreno, Pedro. Não leve isto, agora, como uma crítica política. Agora estou a falar, sinceramente, sem questões políticas. Aquela zona do terreno é utilizada de tal forma que, no Verão, as pessoas estacionam por tudo que é parte. Tudo. Em cima da duna, em cima do campo, estacionam em todo lado, na entrada do campo, na relva, em todo o lado. Na Costa Nova e na Barra. É a mesma coisa, portanto. Estarem lá caravanas ou estar lá outra coisa qualquer. Eles estacionam por todo lado, nas entradas do parque, mesmo antes de estarem lá as caravanas naquele Parque onde estão lá as árvores, a malta estaciona lá por todo lado. Portanto, a questão de estarem estacionados de forma ordeira naquele espaço, circunscrito àquele espaço, evita que as pessoas estacionem noutras zonas que até estão autorizadas a criar parques em cima de dunas. Caso não saiba... se não sabe devia saber para estar a tecer estes comentários.

Portanto, é isso que eu queria dizer e esclarecer. Acho que é preferível, acho que foi um bom teste. Eu tive a oportunidade de fazer um resumo do que se passou, em termos de comportamento, que entreguei ao nosso Vice-Presidente da Câmara para ele fazer chegar às entidades que analisam o processo, de forma a dizer como é que estava, há quantos anos é que não era pisado lá para nada, à exceção do jogo final do ano. Que eu saiba, mais ninguém lá vai. E eu passo lá todos os dias, mais que uma vez por dia e nunca lá mais vi ninguém. Portanto, eu acho que aquele espaço poderia ser utilizado para outros fins, seja parque, seja outra coisa qualquer. Ou então, transformar aquilo em duna.

Não há problema nenhum. Não há associações, vamos transformar aquilo em duna secundária e criar as ervas normais da duna secundária.

Para finalizar. Aqui mais duas considerações. Relativamente a este assunto e eu espero que, desta vez, não apaguem os *posts* nas redes sociais, como fizeram na altura da rotunda da Barra. Era só *posts* sobre a Rotunda da Barra, sobre os atrasos, sobre a ineficiência daquilo, e, depois, houve muito boa malta do partido que teve que apagar, pois parecia mal.

A segunda nota que está aqui. E esta, uma vez que o PAOD não é para fins nacionais, mas como também já foi aqui abordado. Uma coisa vos garanto: naquela zona não há lítio, nem hidrogénio para explorar. E, portanto, não avaliem as atitudes dos outros à semelhança dos governantes que temos que são do vosso partido, está bem? Pelo menos relativamente a mim. Muito obrigado.»

Defesa da Honra

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (01:34:44")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Esta defesa da honra é, evidentemente, uma defesa da honra ao Partido Socialista, à pessoa coletiva que é o Partido Socialista. Concorde-se ou não com a intervenção do Augusto, concorde-se ou não, temos que respeitar e eu respeito.

Eu só quero, só tiro duas conclusões da intervenção do Augusto. A primeira é que o Augusto não percebeu nada da ilegalidade que foi cometida, continua a não perceber nada que é preciso respeitar os planos de pormenor, o POC, etc. Não percebeu nada, pronto. Mas isso, respeito, é a sua opinião, ou é a tua opinião, respeito, achas que deve haver outra aptidão para aquele espaço, outro uso daquele espaço, tudo bem.

A segunda é querer, enfim, trazer para aqui uma questão da política nacional, com mais uma insinuação de lítios, que eu nem percebi bem o que é que isso significa, porque ainda não está nada provado, ainda não há acusação nenhuma, não há absolutamente nada, querer chafurdar nessa matéria e querer trazer este tema para o debate. Querer misturar as duas coisas que não tem, não há mistura absolutamente nenhuma.

Peço desculpa, Augusto, mas isso não é forma de conduzir as coisas. São temas completamente díspares e impossíveis de misturar e de considerar. Até além dessa insinuação torpe que foi estar, enfim, a dizer que há condutas, enfim, ilícitas, etc. Aquilo que nós sabemos foi uma insinuação torpe e que ninguém merece. E o Partido Socialista também não merece.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (01:36:46")

«Só venho aqui dizer o seguinte. A minha intervenção foi sobre um elogio do trabalho que está a desenvolver a Assembleia Municipal na pessoa da Mesa, relativamente ao Parlamento Jovem do Conselho. O Senhor Presidente da Câmara normalmente não responde às nossas perguntas, mas hoje fez umas insinuações que eu também não percebi. Não sei o que é que se queria referir na parte final quando me tentou responder, mas penso que a Margarida inteligentemente terá respondido. Ou será que era isso que o Senhor Presidente estava a

tentar provocar. O PSD, já foi explicado, está num processo eleitoral. Certamente, vai haver eleições. Certamente, vai haver listas no partido, haverá uma ou haverá unidade. A unidade existe de certeza no partido. O Partido está uno. Eu não sei para quê aquelas insinuações. Se o facto tem a ver com uma realização que aconteceu no domingo, então, Senhor Presidente, fica já a saber que, sexta-feira, lá estarei, também, no Illiabum para receber o meu diploma de 25 anos de sócio daquela coletividade.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:37:59")

«Muito obrigado. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:38:06")

«Muito obrigado. Muito bem. Ainda bem que ando à sua frente nessa questão do sócio do Illiabum, um bocadinho mais à sua frente. Mas é importante que você refira. Já fez nota da sua vida toda aqui nesta Assembleia, portanto, continua a fazer. É ótimo ouvi-lo, é uma maravilha.

Bem, Senhor Presidente da Assembleia, se me permite, relativamente ao abandono do Cais Criativo da Costa Nova, aquilo que eu posso referir é que o senhor Sérgio Louro poderá, em alguns dos seus momentos das 24 horas que tem, consultar aquele que é o mapa de eventos da Câmara Municipal e ver que algumas coisas acontecem lá. Por outro lado, também, e ficaria contente que soubesse que durante este mês já ocorreram três eventos privados lá, esse Cais. E se quiser algum dia consultar também um relatório exaustivo sobre aquilo que é a utilização e a cedência desse espaço teremos todo o gosto também em facultar-lhe essa informação e perceber como é que estamos a tentar gerir, o que muitas das vezes, se calhar, não é fácil, na ideia de que o senhor tem e que eu tenho também da rentabilização desses espaços. Também já vai distante a construção destes equipamentos, agora preocupamo-nos é com a manutenção desses equipamentos. Mas também, se o visitar, penso que no seu interior pode constatar que o equipamento continua em perfeitas condições. Apesar do espaço exterior, naquilo que é o ferro forjado que está lá e a madeira precisar de alguma intervenção e nunca ter sido conseguida uma gestão perfeita daquele espaço em termos de bar e tudo. Lutamos há algum tempo, não lhe posso dizer que é há 2 anos, porque há uma fase sempre nestas coisas de conhecer, reconhecer, avaliar, tomar decisões, andar para a frente.

Relativamente ao 23 MILHAS, deixarei para a Senhora Vereadora aquilo que é a resposta que não fiz na primeira intervenção da Margarida. Portanto, teremos esse cuidado também de explicar as opções e a gestão, como vai ser feita. Darei a palavra à Vereadora que se ocupará da resposta que achar pertinente para aquilo que foi a questão feita.

Relativamente ao senhor Pedro Martins, eu acho que está na altura também de pedir ao meu Vereador, engenheiro João Semedo, uma resposta clara que lhe vou pedir, tal e qual como tem sido o nosso trabalho nesta Câmara de transparência, divulgação desses resultados. Que o senhor fique clarificado sobre essa situação, sem necessidade de defender a honra, nem qualquer outra coisa, mas perceber, de uma vez por todas, aquilo que se trata e aquilo que queremos tratar.

E eu gostaria também de lhe dar nota, o Senhor Presidente da Junta realmente é capaz de passar lá mais vezes que eu, a disponibilidade que ele conseguiu, neste mandato, de adquirir uma carrinha para ter mais uma viatura para ele se servir e poder viajar pela sua freguesia e poder esse trabalho, é ótimo para lhe responder, como respondeu. E também fico contente, por outro lado, que nalgumas das visitas que vi, vi que os autocaravanistas, muitas vezes, são irresponsáveis na forma como tratam o ambiente. E na rua do Mar e noutras ruas é notório que caixas, que muitas das vezes têm produtos químicos, fazem o despejo nas dunas e outras situações que acontecem de dia e de noite, que muitas das vezes, se calhar, não queremos ver, mas que acontecem nessa zona. Com uma decisão conjunta, entre ideia da Junta de Freguesia e ideia da Câmara, constatámos que havia necessidade de um investimento comum para realizar um parque de receção de autocaravanas com a gestão de uma área de serviço para autocaravanas que está lá feita, que esteve uma parte inicial muito suportada naquilo que foram os serviços da Câmara e os serviços da Junta, com uma entrega muito grande do Senhor Presidente da Junta, e que está, hoje, lá operacional. E que por necessidade, também, de controlarmos aquilo, explicamos já muito, mas o Senhor Vereador far-lhe-á essa explicação.

Quanto às restantes intervenções, deveria já ter o juízo para não responder a muitas das coisas que se passam aqui, mas ainda me sai. Vai faltando algum. Espero que também

continue a crescer nessa forma de comportamento e que outros também aprendam a fazê-lo.»

Vice-presidente do Executivo, João Diogo Semedo: (01:42:53”)

«Boa noite a todos. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, cumprimento em si todos os autarcas presentes. Público que nos segue também pela internet.

Este é um assunto que já foi devidamente explicado na última Assembleia Municipal. Contudo, penso que o assunto foi trazido, tive oportunidade de clarificar, depois também não foi refutado, portanto, verifico que, de facto, nem foi compreendido nesse dia, nem foi posteriormente.

Eu não sei de que ponto é que pode o senhor doutor Pedro Martins, ainda para mais pelas funções que exerce e pela sua profissão, tecer alguns comentários quando assusta toda a gente a dizer que a Câmara ou a Junta procederem a uma ilegalidade e que só faltou dizer que fomos uns criminosos, apesar de já o terem feito quase isso na imprensa. Mas estamos bem descansados porque, de facto, diz que não cumpre os Planos, mas se calhar é melhor ler os Planos. Porque eu já tive oportunidade de falar na última Assembleia que os Planos têm regras, e uma das regras tem que ver com as características de solos. Portanto, as características de solos definidos neste Plano são exatamente iguais para Parque de Estacionamento e para o Parque Desportivo. Para além dessa regra, ainda temos outra regra que é, por exemplo, ou concretamente, a área a afetar ao estacionamento, a área total do PP. Pronto. Mais...

Acho que o que Senhor Presidente disse, e depois o senhor doutor Pedro Martins teve oportunidade de quase defender a honra, sobre aquilo que foram a informação utilizada. Pois, eu tive oportunidade de trocar essa informação mesmo com a ARH porque estranhei, porque a imprensa soube primeiro que o município acerca de uma resposta ao município, quando o município passado uns dias é que o recebeu. Isto é muito grave. E posso-lhe dizer que dentro do organismo isto está mesmo complexo, que eu solicitei esclarecimentos. Pronto, mas vocês dispõem de informação mais à frente, até põe na imprensa e a imprensa sabe. Portanto, isto é mesmo grave. Vocês querem desvalorizar a situação, mas é mesmo grave. Isto causou mesmo desconforto dentro do organismo público. E causou um desconforto muito grande. Portanto, isto temos que ser bem claros. Assim como diz que também têm acesso à informação que a Câmara enviou para ARH. Pronto se lhe foi disponibilizado, disse que foi o senhor vereador Sérgio Lopes, no âmbito de um pedido de esclarecimento. Também tenho conhecimento que o mesmo também o fez à IGAMAOT. Portanto, houve aqui uma série de procedimentos. Agora, também lhe digo, e como disse o Senhor Presidente, olhe, nós não temos qualquer problema daquilo que fizemos. Fizemo-lo às claras. Os senhores mesmo até assinaram aqui e validaram protocolos para as Juntas e o apoio que foi dado às autocaravanas. Houve cerimónias públicas. Portanto, nunca escondemos nada, nem temos dúvidas do que fizemos e estamos bastante confortáveis que o fizemos, que não fizemos nada de errado e é facto que foi algo experimental. E dessas experiências que fizemos, tirámos resultados e esses resultados foram expostos à CCDR, que é CCDR C que poderá decidir ou não. A APA é uma das uma das entidades que emite parecer. Portanto, não é o único a emitir parecer. Esses pareceres só devem ser ou só tem que ser tidos em conta se cumprirmos a legalidade. Portanto, temos aqui uma série de situações.

Estamos bem descansados, podemos continuar. As autocaravanas estiveram muito mais organizadas este Verão. Há mais a fazer. E pronto, olhe, digo-lhe mais uma vez estamos descansados. Obrigado.»

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (01:47:18”)

«Boa noite a todos. Não perdendo muito tempo com apresentações e respondendo concretamente às perguntas colocadas relativamente ao Cais Criativo, que não é uma pergunta, é uma observação. Este é um espaço que é utilizado muito frequentemente para as residências artísticas e não nos podemos esquecer que, neste momento, tem uma atividade semanal, não só associada à questão do lado do Centro de Saúde, como também a área social faz atendimentos, realiza atendimentos exatamente nesse edifício na Costa Nova.

Quanto ao 23 MILHAS, a resposta é muito clara. Existiu um concurso de chefia de núcleo, cumprindo com o disposto em Diário da República aquando da atualização do organograma dessa chefia. Está espelhado que uma das funções é efetivamente a programação. E, naturalmente, qualquer chefia intermédia tem associado a si também toda a responsabilidade relativamente aos recursos humanos associados a esta unidade, neste caso a este núcleo.

Naturalmente que procuraremos, através de curadorias específicas em determinadas áreas artísticas, corresponder às necessidades do ponto de vista de acompanhamento à programação em determinadas disciplinas mais exigentes do ponto de vista artístico. Obrigada.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:49:04")

«Muito obrigado, Senhor Presidente.

Só dizer umas palavras relativamente ao que foi mencionado pelo deputado Flor Agostinho, relativamente à Assembleia Municipal Jovem. Já lá vai algum tempo, não é, mas não gostaria de deixar de dizer aqui algumas palavras. Partilhar convosco que a Assembleia Municipal Jovem de Ílhavo tem como escopo ou como objetivo promover essa discussão e observação e fornecer as ferramentas essenciais para enfrentar todo este mundo complexo em que em que vivemos. E, também, importante capacitar os adolescentes e jovens a tomar decisões informadas, resolver problemas e comunicar de forma eficaz, e estimular, também, o confronto de ideias.

Gostaria também de partilhar convosco que a Mesa está muito satisfeita, mas está mais ainda feliz pelos resultados conseguidos e por proporcionar este espaço de intervenção cívica, de reforço democrático, de consciencialização política e de promoção do sentido crítico. E duplamente feliz quando este esforço é apreciado por uma entidade externa ao nosso Município.

Portanto, esta menção honrosa só enobrece o nosso órgão e a nossa comunidade.»

Período da “Ordem do Dia”

Ponto 1. "Proposta de abertura de procedimento para “Fornecimento de gás natural para edifícios municipais”.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:49:04")

«Muito bem. Concluimos então o Período de Antes da Ordem do Dia e entramos assim na Ordem de Trabalhos desta Sessão Ordinária de novembro.

E avançamos já para o ponto 1 que é a “Proposta de abertura de procedimento para fornecimento de gás natural para edifícios municipais”. Começo por dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:51:24")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Uma nota muito breve, se bem que o documento já passou pela reunião de Câmara e, portanto, já se conhecem as votações na reunião de Câmara, e que é necessário passar aqui pela Assembleia Municipal

Portanto, relativamente a este processo, é um processo que recorrentemente irá acontecer. A Câmara Municipal de Ílhavo, como grande empreendedora na Comunidade Intermunicipal, naquilo que são os Acordos de Quadro da CIRA, impulsionadora para que este processo se realize cada vez com mais frequência entre os Municípios da Região de Aveiro, destacando-se naquilo que são os volumes já transacionados no Acordo Quadro face aos 10 municípios, para além do nosso. Entendemos que estar no mercado indexado, sem termos uma flexibilidade muito grande interna para poder encontrar as melhores soluções, recorrer ao mercado regulado é a melhor situação neste momento. E, portanto, é o documento que se apresenta com as explicações e também com os anexos necessários para observarem o comportamento das realizações que têm sido, que têm acontecido ao longo deste tempo. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:52:44")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vamos então abrir as inscrições para discussão deste ponto 1. Começando pelo PS quem se inscreve? Ninguém se inscreve. ‘Unir’? Também

ninguém se inscreve. PSD? Flor Agostinho. Ok, muito bem, então Flor Agostinho, por favor. Tem 35 minutos.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (01:53:16")

«Senhor Presidente, nós recebemos este documento que passou na Câmara ou foi aprovado na Câmara no dia 9/11. Ou seja, já lá vão 20 dias. Acontece que - e devo desde já esclarecer que nós vamos abster, para que não haja confusão nas interpretações das palavras, de uma vez por todas, acho que devemos começar a falar assim - vamo-nos abster. E porque é que nos vamos abster? Vamo-nos abster pelo simples facto de que não estamos, não nos sentimos confortáveis com a legalidade do procedimento e os fundamentos que sustentam esta decisão de contratar, nomeadamente aqueles que são subscritos pelo Executivo, que não estão suficientemente definidos. Assim, quando se refere no ponto 2 "Fundamentação da necessidade", está escrito: "considerando que o contrato atual já terminou, há a necessidade de abertura do procedimento para fornecimento de gás natural e propano". Pergunta-se: como é que a Câmara, se o contrato já terminou, ou seja, não existe contrato, pergunta-se como é que a Câmara continua a consumir gás, pois a mesma não tem suporte contratual para o fazer, previsivelmente, até um novo contrato, ou seja, até 1 de janeiro de 2024?

Assim, se o gás acabou, como parece que acabou, não há contrato, a Câmara não consome gás neste momento. Ou então, a Câmara não pode pagar o gás que consome, porque não tem contrato. Esta é uma questão que nos surpreende.

Depois, não nos parece nada crível que um procedimento desta envergadura, como nós sabemos é bastante concorrencial, porque as empresas são fortíssimas, logo, está exposto a fortíssimos riscos de impugnação por parte dos concorrentes e está exposto a pedidos de esclarecimentos e até eventuais adiamentos, entrega de propostas, possa ter como término o prazo de um mês, ou seja, começar a 1 de janeiro. O concurso ainda não foi lançado. Temos um mês para realizar o concurso. É só contar os prazos que são obrigatórios cumprir num concurso deste género: 5 dias para apresentar propostas, 2 dias para avaliar, 2 dias para decidir, 7 dias para reclamar audiência prévia, mais 15 para celebrar contrato e apresentação de documentos de habilitação. E não sei quê. E se não houver por aqui pelo meio umas impugnações e uns pedidos de adiamento e umas contestações, não vemos que seja possível termos um contrato no dia 1 de janeiro.

Para terminar, também nos surpreende aqui, um pouco, o critério de adjudicação ser o preço economicamente mais vantajoso, na medida em que, no nosso entendimento, já que isto é pelo consumo máximo, ou seja, isto prevê que se possa gastar até 300 mil euros em gases, penso eu que o critério deveria ser o litro, o preço do litro. Ou seja, nós vamos consumindo litros de gás até preencheremos o montante dos 300 mil euros. Quando gastarmos os 300 mil euros, terminou contrato. Faça-se outro. Abre-se um novo concurso. Portanto, perante estas dúvidas todas que nos suscitam, temos que nos abster. Era só isto que eu queria dizer.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:56:56")

«Muito Obrigado. Senhor Presidente.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:57:01")

«Muito obrigado, Senhor Presidente.

Eu desconhecendo esta prática e estes exemplos que são falados nesta Assembleia e reconhecendo que este produto poderá ser comercializado aos metros cúbicos e não aos litros, mas talvez estejamos habituados a comprar uma botija e não uma quantidade industrial de gás, mas fico surpreso com aquilo que ouço. Mas vou deixar para os técnicos municipais a melhor resolução sobre este processo, acreditando, tal e qual como os Vereadores, que este processo está na mão dos técnicos e que precisa, sim, de uma validação aqui dentro. Portanto, eu acho que até os técnicos... poderemos depois fazer um replay desta informação e fazer uma reunião, um briefing interno para percebermos tudo isto, porque se calhar andamos enganados aqui há muito tempo ou fomos enganados durante muito tempo e temos que rever esta situação. Mas é natural, Senhor Presidente, que neste conhecimento que eu tenho muito empírico destas matérias, porque negocie apenas 1 milhão de euros de gás para algumas fábricas onde estive, ou 600 ou 700 mil euros, tive sempre alguma dificuldade em negociar vários produtos nos 6 anos que fui responsável por uma área de compras. Não me elogiando muito mais sobre isso.

Fico surpreso com o que ouço aqui, porque, normalmente, um dos problemas que estes contratos têm e estando aqui dentro do acordo quadro é um tempo temporal de consumo dos

300 mil euros. E o problema é que as faturas andam atrasadas 2, 3 meses e muitas das vezes nós não conseguimos prever isto. E esta é uma situação que já ocorre há algum tempo na Câmara Municipal, para não dizer há muito tempo. Portanto, Senhor Presidente, é só o que me resta dizer sobre esta questão e ficarei muito surpreso com o voto de abstenção que possa surgir. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:58:54")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Abro, uma vez mais, as inscrições. Então temos a Margarida, do PSD, e o Sérgio Louro, do Chega. Margarida, por favor.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (01:59:35")

«Mais uma vez, boa noite.

O documento que nos foi apresentado é do dia 6 de novembro e o facto, no ponto 2 "Fundamentação da necessidade" é que o contrato terminou. Portanto, a nossa questão pertinente aqui é: a quem estamos a pagar o consumo do gás? Qual é a empresa que nos está a fornecer o gás a quem nós estamos a pagar? E qual é o preço base que existe agora pelo metro cúbico? De facto, eu sou uma consumidora de botija de gás, infelizmente não consigo ter acesso ao gás canalizado. E peço desculpa se também fiz uma interpretação errada. Mas desde o dia 6 de novembro constata-se que terminou o contrato. Nós vamos consumir até ao dia 1 de janeiro. Quem é o fornecedor e a que preço está o metro cúbico? É uma questão pertinente que eu gostaria que o Senhor Presidente da Câmara me respondesse, se souber responder, naturalmente. Se não, pode ser que eu tenha mais sorte e questione o Departamento Técnico da Câmara e os trabalhadores vão fazer o trabalho do senhor Presidente da Câmara que não vem munido para responder a estas questões que os membros colocam. Muito obrigada.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega: (02:01:14")

«Senhor Presidente, já aqui tive oportunidade de algumas vezes de falar na turbina de cogeração que continua parada no armazém e que era uma excelente oportunidade para reduzir a quantidade de litros ou metros cúbicos - o metro cúbico são 1.000 l, portanto, vai dar tudo ao mesmo - para reduzir o número de litros ou metros cúbicos que este Município tem que comprar de gás. Além das emissões depois associadas ao consumo deste gás, as emissões de monóxido e de dióxido de carbono.

Também sugiro ao Senhor Presidente que olhe para a estratégia da Comunidade Europeia no que diz respeito a estes assuntos. Portanto, parece que ainda não descobriram que há alternativas para assegurar os serviços onde este gás é utilizado, por exemplo, aquecimento de águas para uso sanitário nos equipamentos desportivos, como as piscinas, balneários, escolas. E, portanto, há a possibilidade de reduzir bastante este consumo de gás, atualmente com uma estimativa de 300 mil euros/ano. Sendo ainda por cima, estes investimentos, investimentos que se pagam a curto prazo nestes equipamentos e que, portanto, iriam proporcionar, também a curto prazo, retornos e poupanças, melhorando assim a sustentabilidade financeira deste Concelho. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:02:53")

«Muito obrigado. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:02:59")

«Obrigado, Senhor Presidente. Só fazer uma referência e enquadramento.

Nesta questão dos Acordos de Quadro, nós podemos prescindir sempre de audiência prévia porque este critério que nós temos aqui, de adjudicação, é o preço, no Acordo de Quadro é o preço. Portanto, já houve o pré-estudo, já houve todo o trabalho feito e, portanto, estamos aqui a focar-nos num Acordo de Quadro que, portanto, terá todos os pressupostos associados a esta contratação que está aqui. Portanto, não percebo o que é que estamos aqui a falar sobre isso. Portanto, também é dispensável aquilo que é audiência prévia.

Relativamente ao preço a que compro gás, neste momento, não tenho de memória. Também penso que não é isso que está aqui, hoje, na votação, mas não tenho isso, nem traz aqui nenhuma comparação porque ainda estamos à procura dessa solução. Portanto, não posso falar muito sobre isso. Terei todo o gosto depois em enviar-lhe o Acordo de Quadro que está

e o valor que está, para o seu e-mail para a senhora conhecer. Não precisa se dirigir aos técnicos. Hoje mesmo tratarei do envio desse documento. Amanhã, pedirei à minha Chefe de Gabinete que lhe envie isso para a Senhora ficar segura daquilo que é o valor a que estamos a consumir, neste momento.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:04':13")

«Concluídas todas as intervenções, coloco à votação o ponto 1 da Ordem do Dia.

Quem vota contra? Quem se abstém? E, portanto, os restantes votam a favor.

A “Proposta de abertura de procedimento para fornecimento de gás natural para edifícios municipais” foi aprovada, por maioria, com zero votos contra, 10 abstenções e 15 votos a favor.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:05':00")

«Muito bem. Em solidariedade com alguns membros desta Assembleia Municipal vamos fazer um intervalo de 10 minutos. Até já.»

Os trabalhos foram interrompidos, por indicação do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, por dez minutos, às 23:05. (02:05':00")

Os trabalhos foram retomados às 23:17.

Ponto 2. "Proposta de abertura de procedimento para “Fornecimento de energia elétrica em MT e BTE – lote 4 do Acordo Quadro n.º 11/2022”.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:17':13")

«Meus Senhores e minhas Senhoras. Muito bem. Vamos passar então ao ponto 2, “Proposta de abertura de procedimento para “Fornecimento de energia elétrica em MT e BTE – lote 4 do Acordo Quadro n.º 11/2022”.

Começo por dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Faz favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:17':55")

«Nesta aquisição de energia elétrica temos aqui uma posição diferente relativamente àquilo que é o consumo dos equipamentos municipais. Adotámos a metodologia de ir ao mercado indexado, observando que no dia 1 do mês de novembro estivemos a comprar energia a 4,53 euros, mas também, no dia 16 deste mesmo mês, tivemos a comprar a 101 euros o MW (megawatt). E também, no dia 28 do 11, comprámos a 108 euros, mas no dia 29 já comprámos a 85. E no dia 30, amanhã, a perspetiva é comprarmos a 98,12 euros o MW.

O que nos faz pensar que Portugal, com a estratégia que teve de adoção de equipamentos para produção de energia eólica e solar, tem aqui uma influência também relativamente neste preço. Pressupõe-se, podemos pressupor que, havendo muito vento, podemos ter aqui aerogeradores e que esses aerogeradores não podem libertar a energia para reserva própria e, portanto, terá que ser consumida diretamente. O que afeta diretamente o preço da energia. E, portanto, sabendo que na fotovoltaica, no processo alimentação contínua e gestão contínua, podemos ter, sim, armazenamento e depois converter para alternada, aqui não nos parece tão real esta situação. E, portanto, fazemos aqui um contrato que possa durar 3 meses, com a hipótese de podermos também rescindir o mesmo, caso o valor do megawatt suba acima dos 200 euros, porque é aqui uma referência também para um Acordo de Quadro já, aqui, diferente do que aquilo que é o indexado e passar para o regulado.

E, portanto, é esta proposta que nós trazemos aqui para também continuarmos a ter regularizada esta situação. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:20':21")

«Vou abrir então as inscrições para discussão deste ponto 2. Do ‘Unir’ não há inscrições. Do PSD? Flor Agostinho. Do Chega e do PS. Não há questões. Portanto, Flor Agostinho, por favor.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (02:20':52'')

«Objetivamente, as razões são as mesmas. Quer dizer, o Senhor Presidente diz que vai celebrar um contrato pelo prazo de 6 meses, com início em 1 de janeiro. Este é um processo que já decorre na Câmara desde o dia 9 de outubro. Houve os atrasos que, entretanto, aconteceram e, como tal, também não temos o conforto suficiente para admitir que este concurso esteja pronto no dia 1 de janeiro

Como tal, vamo-nos abster mais uma vez nesta deliberação, com os mesmos pressupostos. Quer dizer que isto não vai terminar na celebração do contrato no dia 1 de janeiro, correndo-se o risco de depois temos que entrar em ajustes diretos, ou seja, no tal chamado fracionamento de despesa e as consequências que isso possa mais tarde acarretar.

Já agora, gostava que o Senhor Presidente, se fizesse favor, me pudesse responder porque é que nesta lista final, que compara os primeiros trimestres, os primeiros semestres de cada ano, não estão referidos os Centros de Saúde Ílhavo e da Gafanha da Nazaré, que, penso eu, devem também consumir média tensão ou baixa tensão especial. Ou será que só consomem baixa tensão? Não sei. Desconheço qual é a tensão, a potência que é fornecida aos Centros de Saúde. Só que os Centros de Saúde não aparecem no mapa comparativo relativamente a 2023. Portanto, não sei se tiveram em atenção os tais consumos para os Centros de Saúde para 2024.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:22':35'')

«Muito obrigado. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:22':40'')

«Uma observação pertinente. Claro que o processo de descentralização como iniciado este ano, tem a sua conclusão no término de dezembro de 2023 e, portanto, a partir de 24 penso que esses valores possam estar inscritos também neste mapa e possam ser comparados. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:23':06'')

«Abro uma segunda ronda de inscrições, alguém se inscreve? Sérgio Louro. Mais alguém? Sérgio, por favor.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega: (02:23':23'')

«O Senhor Presidente falou na flutuação do preço de energia elétrica megawatt, que é derivado à existência ou não de vento. E sendo Ílhavo uma terra virada para o mar e o slogan é “O mar por tradição”, somos banhados por diversos canais e temos uma grande oportunidade de utilizar a energia das marés. E essa aí só falha 2 horas por dia, que é na altura da maré parada. É uma sugestão, pensar num projeto por forma a aproveitar essa energia. Até poderá, você, submeter essa ideia junto da CIRA. Porque não aproveitar este recurso que nós temos aqui e, dessa forma, tornar o Concelho de Ílhavo e/ou outros concelhos menos dependentes dessas flutuações de preço de energia? Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:24':29'')

«Obrigado, Sérgio. Senhor Presidente.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:24':32'')

«Depois também só acrescentar aqui ao membro Flor Agostinho, relativamente a BTE e ou média tensão. Eu penso que eles poderão estar na BTE, mas, de qualquer maneira, se estiverem, estão no mercado regulado e universal e, portanto, também não fariam parte desta lista. De qualquer das maneiras, penso que esta lista é fidedigna dos nossos técnicos perante aquilo que é o consumo estimado e para as indicações que são dadas no documento. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:25:00")

«Muito bem, meus Senhores. Concluídas as intervenções, coloco à votação o ponto 2, proposta de abertura de procedimento para "Fornecimento de energia elétrica em MT e BTE – lote 4 do Acordo Quadro n.º 11/2022".

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Muito bem. A proposta abertura de procedimento para "Fornecimento de energia elétrica em MT e BTE – lote 4 do Acordo Quadro n.º 11/2022" foi aprovada por maioria, com zero votos contra, 10 abstenções e 15 votos a favor.»

Ponto 3. "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 01SET2023 a 31OUT2023".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:25:54")

«Vamos passar já para o ponto 3, Comunicação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal de 1 de setembro de 2023 a 31 de outubro de 2023. E começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:26:11")

«Obrigado, Senhor Presidente. Não terei nada a referir neste ponto. Se houver algum esclarecimento adicional que tenha que ser prestado ou alguma melhoria que possa ser feita, pois iremos recebê-la com agrado e se tiver alguma resposta a daremos. Caso contrário, o documento espelha aquilo que foi a atividade municipal entre 1 de setembro e 31 de outubro. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:26:33")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou abrir então a primeira ronda de inscrições. Do PSD, quem se inscreve? Temos o André. Mais alguém? Do Chega? O Sérgio Louro. Do PS? A Diana e o Pedro Martins. E do 'Unir Para Fazer'? Ora bem, temos o Rui Rufino e a Cláudia Reigota. Muito bem, então vamos dar início às intervenções com o André Guimarães. Por favor, André.»

André Guimarães, Grupo Municipal do PSD: (02:27:39")

«Ora boa noite a todos. Eu gostava também de fazer, aqui, um ponto à minha atividade, também. Eu, no último sábado, estive no Congresso do Partido Social Democrata, em Almada, que, por ocasião, é o Congresso que marca o início da caminhada de Luís Montenegro para se tornar Primeiro-Ministro de Portugal e, à ocasião dessa minha participação, eu fiz um *post* nas minhas redes sociais, portanto, com o *PhotoBooth* do Congresso e depois fiz outra aqui a mostrar a fazer o símbolo do PSD e depois, inclusivamente, repliquei aqui um artigo de uma peça do telejornal em que eu e a minha colega de bancada, a Sara, aparecemos em grande destaque. Portanto, o que eu posso dizer é que tive mais de 500 visualizações, mais de 100 pessoas gostaram. E impressões e esses relatórios eu vou ter que pedir a um profissional de redes sociais que me possa dar esses números. Uma coisa eu sei, é que só o facto de ter aparecido durante 10 segundos num horário nobre de televisão generalista portuguesa vai-me dar certamente e cifrar milhões de euros em publicidade e valor para a minha imagem, e, certamente, para a minha atividade enquanto político que sou e que me orgulho de pertencer a um partido também. E, portanto, eu iria dizer que para vos poder prestar esta informação, estes números, de uma forma consistente e adequada, eu vou remetê-los depois para noutra sessão, porque eu não tive tempo. Isto foi no sábado e, portanto, eu não tenho uma equipa, nem tenho propriamente uma equipa de redes de redes sociais para ver esses números e para me fazer um relatório de muitas, muitas páginas. Eu estou a falar da página 14, por exemplo, 13 e 14 desta atividade em que fala sobre os números de redes sociais deste Município. Nós temos é isso, é números, números, dados sem agregação nenhuma àquilo que é, realmente aquilo que se importa discutir nesta Assembleia, que é a atividade municipal, os resultados, os impactos daquilo

que se faz. Mas eu também percebo, eu também percebo porque, de facto, o que nós vemos nas redes sociais do município são limpezas de arruamentos, são arranjos pontuais nas estradas, basta verem. Não vou falar também dos *posts* do *LinkedIn*, não é que é assim que está escrito, *LinkedIn*? Pronto, sobre isso não vou falar, mas também tenho os meus dados do *LinkedIn* para mostrar, se assim quiserem. E, portanto, falamos disso e não falamos realmente de obras e projetos estruturantes, porque realmente eles não aparecem no *feed* das redes sociais porque também não os há, não é? Se houvesse, se calhar, poderíamos falar sobre eles, mas como não falamos sobre isto, falamos sobre redes sociais. Isto das redes sociais é tramado, não é? E das redes sociais é mesmo tramado. Por exemplo, no *WhatsApp*, então é mesmo muito tramado. Acho que todos sabemos o que é que é o *WhatsApp*, não é? Mas se não souberem, eu explico. É aquela aplicação de troca de mensagens que ministros utilizam, quer dizer, ministros quer dizer antigos ministros que agora aspiram a ser líderes de partido, e que eu diria que para ser, daqui a um ano, citado representa o pior que o PS pode ter, portanto, para fazer demissões na TAP e discutir assuntos de Estado no *WhatsApp*. E, portanto, no *WhatsApp* o que é que nós temos? É mensagens que me mandaram hoje e que eu, também para garantir a transparência de toda a minha atividade política nesta Assembleia, uma mensagem que me mandaram, vamos aqui ver se eu consigo chegar até ela, a mostrar o quê? A mostrar o nosso Presidente da Câmara, muito sorridente a entregar nas piscinas, portanto, o Presidente entregar ao Presidente da Câmara, a Câmara entregar à Câmara, os DAE, portanto, os desfibrilhadores que tanto aqui nós já falámos. Até temos o Presidente muito sorridente. Não sei se já viram, ele está muito sorridente. Ele contrasta um bocadinho com o humor que ele está aqui a demonstrar, mas pronto. Conseguimos ver que tem estas duas vertentes. Portanto, nós vemos aqui que são passados dois anos, dois anos passados e temos realmente os desfibrilhadores a serem entregues, não só nas piscinas, que é a Câmara, a Câmara a entregar à Câmara, portanto assim aquelas coisas, mas também há clubes e por aí. Portanto, é isto que nós temos. Eles, quer dizer, publicam isto porquê? Eu percebo, isto é tudo estratégia de redes sociais. Também sei alguma, não é? Que é, 'estes gajos do PSD vão chegar aqui, vão falar dos desfibrilhadores que eles vêm sempre falar disto, e, pronto, então vamos publicar isto hoje, não é? que assim já arremata o tema'. Mas pronto, não contam é que a Margarida, por exemplo, vinha antes falar sobre isto e sobre a formação e sobre isto. Pronto. Mas o Presidente também estava preparado que soube responder a Margarida, não é? Portanto é assim.

Mas chega de falar de redes sociais, porque realmente aquilo que a bancada do PSD se preocupa é com a vida das pessoas, é com as realidades e com aquilo que faz diferença na vida das pessoas.

E, portanto, aquilo que faz diferença na vida das pessoas é a sua segurança. Eu relembro que quando eu estava a aplaudir o Luís Montenegro, no último sábado, no Congresso, em Almada, um discurso brilhante, já agora recomendo a todos nós que vejamos para percebermos realmente aquilo que é o futuro que o nosso país pode aspirar a ser... mas pronto, estava a aplaudir o Luís Montenegro e o que é que aconteceu? Aconteceu que uma rapariga de 15, 16 anos estava nas nossas piscinas, portanto à conta de um Congresso - congresso não, esse congresso era eu que estava - estava a falar do Campeonato Regional de Natação, que estava a acontecer. E, portanto, estamos a falar de um campeonato com mais de 350 pessoas e houve uma rapariga que teve uma indisposição e precisou de assistência, não é? E, portanto, nós não tínhamos nesse sábado, hoje tínhamos, mas no sábado não tínhamos um desfibrilhador, nem nadador-salvador, nem nenhum mecanismo que garantisse realmente a sua pronta e eficaz assistência, que é necessária neste tipo de eventos e neste tipo de provas.

Portanto, aquilo que eu diria é o seguinte: é que nós realmente nos deixamos de fazer isto para a fotografia, nos deixamos de fazer isto para a imagem. Acho que fica bem, pelo menos a mim acho que me fica bem fazê-lo, e acho que nos fica bem fazê-los todos. Mas não nos podemos, naturalmente, esquecer aquilo que realmente é importante, que é fazer o que importa, o que realmente pode diferenciar entre a vida e a morte, numa situação em que todos nós podemos estar. E, portanto, se os desfibrilhadores já lá estão, ainda bem, esperemos que a formação seja dada, uma formação completa não só para adultos, mas também para jovens e crianças. Naturalmente que este dossier, tal como todos aqueles que interessam às pessoas, o PSD não se vai imiscuir e vai estar aqui para monitorizar, controlar e fiscalizar a atividade desta Câmara.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega: (02:35:06")

«Vinha pegar novamente no assunto do Cais Criativo, porque posso ter sido mal interpretado e eu o que pretendo é fazer críticas construtivas. E realmente se o Cais Criativo por dentro

até está em bom estado de conservação, e pelas palavras do Senhor Presidente tem sido, e da Vereadora, tem sido bastante mais utilizado agora, ainda bem, fico contente em saber. Não sabia. Mas realmente por fora, aqueles painéis de madeira ou aquelas tábuas de madeira há muito tempo que estão a precisar de um *Bondex* ou de um verniz é de utilização marítima, porque se nada for feito pouco a pouco os painéis de madeira vão ficar num estado que depois o custo para o município vai ser bastante superior, substituir os mesmos vai ser bastante superior do que agora passar um pouco de lixa, *Bondex* ou um verniz marítimo, como os técnicos entenderem. E já agora os outros equipamentos afetos à pesca, por exemplo, aqueles equipamentos que estão lá entregues aos pescadores na Costa Nova, também feitos de madeira, também padecem do mesmo problema. Há necessidade realmente do Executivo a olhar para aquilo e, atempadamente, pôr mãos à obra, porque se não o fizermos, depois vai ser muito mais oneroso, mais tarde, ter que substituir os painéis que ficam irremediavelmente perdidos. Obrigado.»

Diana Gandarinho, Grupo Municipal do PS: (02:36':58")

«Boa noite aos digníssimos presentes e a quem nos assiste em linha.

Hoje gostava de tocar e pegar alguns pontos mais específicos da atividade municipal que eu quero destacar. Alguns mais numa ótica de esclarecimento, alguns numa forma de crítica, espero eu, construtiva.

E um dos primeiros seria a Estratégia Local de Habitação. Ela foi apresentada em vários sítios da atividade de uma forma algo dispersa e deu para perceber que existem 14 processos de reabilitação ativos, ou em andamento, ainda que 6 estejam em preparação. Ainda que a ideia com que eu tenha ficado é que só existe uma reabilitação em execução, pelo menos até à data. Ou foi isso que eu percebi. Não sei se é uma interpretação minha, errada ou não, mas gostaria de ter essa confirmação, por favor.

Além disso, também pedia o ponto de situação do procedimento daquela oferta pública que nós aprovámos aqui, em Assembleia, em abril, na sessão de abril, que é importante e urgente tendo em conta o tempo. Isso foi uma declaração que foi feita também pelo Executivo. Seria importante nós termos uma noção do ponto da situação da oferta pública de aquisição de imóveis. Muito bem.

Gostaria também de questionar se já houve lugar à análise de potenciais soluções a integrar a Estratégia Local de Habitação, porque, tal como nós falámos em sessões anteriores, e como nós temos bem presente esta noção das dificuldades que estamos a enfrentar no Concelho em termos de habitação, especialmente jovem, tal como foi demonstrado interesse em criar novos objetivos para as políticas municipais de habitação que pudessem dar resposta a estes problemas, eu gostava de questionar, então, se já houve lugar a essa reflexão, essa preparação e a exploração de soluções, para rever, então, a Estratégia Local de Habitação. Queria destacar também o projeto dos biorresíduos, que aparece também na atividade municipal, no núcleo do ambiente, registamos que prepararam a implementação deste projeto incluindo a elaboração de campanha. Notámos que registaram contactos também com algumas empresas neste sentido, noutra local da atividade municipal. Eu gostava de entender também qual é o ponto da situação. Se esta campanha já foi lançada? Como é que as empresas receberam estes contactos? Enfim, ter algum feedback um pouco mais aprofundado, inclusivamente se há uma data prevista de implementação tendo em conta que estamos a aproximar-nos do final do ano. E também perguntar sobre a vossa visão e se já estão a preparar a próxima fase, a pensar a próxima fase, e alargar não só ao Canal Eureka, mas também aos restantes produtores. Isto porque todos queremos uma gestão de resíduos, uma política de gestão de resíduos bem articulada e bem preparada.

Outro ponto relevante, era uma crítica relativamente à informação que foi apresentada na entrada do 23 MILHAS. Eu, por mero acaso, notei que existia uma sobreposição entre a descrição de atividades neste documento e uma das comunicações da Câmara ao público. Eu não sei se isto é um procedimento comum, ou não. Só agora dei conta dele. Não sei se já aconteceu antes, mas sito levou-me, sem dúvida, a fazer uma reflexão. Não invalidando a informação que nos foi apresentada, que é significativa, que acompanhamos e lemos, acredito que poderiam ser fornecidos mais dados no que toca ao desempenho e ao impacto das ações do 23 MILHAS, especialmente pelo investimento que este projeto representa. A realidade é que nós temos parte da atividade municipal com muitos dados, por exemplo, tanto a informação que nos é dada sobre o desempenho das redes sociais - eu prometo que não combinei nada com o André sobre isto - mas é-nos apresentado muito dado sobre o desempenho das redes sociais, ainda que sem uma reflexão crítica. A certa altura, também chegámos a ter muitos dados muito detalhados sobre as reclamações que agora já não

temos. Mas penso que uma análise mais detalhada sobre o desempenho do 23 MILHAS seria mais relevante e certamente mais útil a esta Assembleia para poderem analisar.

Ainda uma crítica relativamente ao Orçamento Participativo e eu acredito que já tivemos oportunidade de colocar em outros momentos, penso que, até, no Conselho Municipal da Juventude falámos sobre isto. E eu gostava de citar algo que está descrito na atividade municipal que é “tendo em conta os limites de orçamento estabelecidos”, que são 85 mil euros, e nós achamos que este é um orçamento baixo, já o dissemos em outras alturas. Eu até penso que nós gastámos o mesmo, ou um valor semelhante, na nossa iluminação de Natal. Acho que isto é uma informação que é para mim impactante, mas tudo bem. A realidade é que só vai existir um projeto a ser implementado, na próxima edição. Nós sabemos, vocês têm intenção de afinar os processos, promover um maior envolvimento da comunidade. Muito bem, louvo essa essa atitude. Mas é também importante repensar estes valores para que possamos ter um alcance maior desta iniciativa.

Já que falei em iluminação de Natal e também já falámos hoje sobre ela, e não vou intervir por conta da colocação, apesar de eu ter encontrado as iluminações de Natal no dia 2 de outubro, mas o que me preocupa é que esta continua a ser a estratégia de apoio ao comércio local que o Senhor Presidente acha digna para o nosso município. Portanto, esta crítica não é sobre o que está no documento, é sobre o que não está, era sobre aquilo que eu não vejo nesta atividade municipal. Nós, já o ano passado, intervimos sobre este tema de uma forma construtiva, nós reforçamos isso também na altura do Orçamento e das Grandes Opções do Plano. Nós apontámos que este podia ser o Natal, que este podia ser um momento muito oportuno de apoio ao comércio local. Nós, inclusivamente, eu penso que nós chegámos a trazer até algumas ideias e chegámos a contar algumas iniciativas de outros municípios no que toca a esta altura e apoio ao comércio local.

Gostava também de trazer à memória que, hoje, enquanto preparava a Assembleia, me surgiu. É que eu recordo-me também, no início deste mandato desta maioria, nós termos visto o interesse da vossa parte em reestruturar aquela campanha de apoio que o PSD tinha criado nesse ano pós pandemia. Havia uma campanha que, se o nome não me falhou, que era o “Compre o que está mais à mão”, que teve muito baixa adesão e que decidiram encerrá-la por conta disso. Na altura comprometeram-se, ou pelo menos demonstraram o interesse, em pegar nesses dados, reestruturar e criar realmente um apoio ao comércio local. Mas nós, de facto, não vimos mais nada sobre isso. Não temos mais nenhuma informação sobre isso. É incomodativo as iluminações de Natal serem o único apoio ao comércio local. Para mim é. É-me difícil ver amigos e até nas redes sociais - hoje estamos muito de redes sociais - mas ver os meus amigos das redes sociais que têm pequenas empresas, que são artesãos, partilharem aquelas mensagens “compre local, apoie o comércio local” e não terem um município que está preocupado em apoiá-los, em que o dinheiro gasto, tão propício a ser gasto, nesta altura, possa ficar no nosso Concelho. Muito obrigada.»

Rui Rufino, Grupo Municipal do Movimento ‘Unir Para Fazer’: (02:44:53”)

«Boa noite a todos. Cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os restantes membros da Assembleia, estimado público aqui presente ou em suas casas.

Eu venho, portanto, assinalar alguns pontos que considero importante destacar neste relatório atividade municipal. E se calhar até consigo falar de outras coisas mais importantes que as redes sociais.

Consolidada a governação nestes primeiros dois anos de mandato, tem sido constante o foco naquela que sempre foi a nossa prioridade: servir as pessoas. Por todo o trabalho que concretizou múltiplas atividades nestes dois meses, setembro e outubro, perpassa esta preocupação com os munícipes. Neste primeiro ano da descentralização de competências na área da ação social, realizaram-se 8.300 diligências de forma a encontrar-se resposta às dificuldades sentidas por aqueles que, momentaneamente, estão numa situação de maior fragilidade. E é para reforçar o atendimento nesta área que se está a investir na remodelação e ampliação das instalações afetas à divisão da ação social, de modo a que esta possa prestar ainda um melhor apoio aos munícipes. No que respeita à Maior Idade, destaca-se a programação do Laboratório do Envelhecimento que, neste período de tempo, concretizou 148 ações, envolvendo perto de 100 pessoas, entre investigadores, pessoas mais velhas, artistas, professores e alunos. Referência também para o Fórum Municipal da Maior Idade, o qual virá a ser ampliado e cuja programação salienta, por entre as suas várias atividades, o lançamento do programa de apoio ao luto.

Relativamente à educação, importa referir que se intensificou o apoio aos alunos com maiores dificuldades de aprendizagem, risco de abandono escolar e de comportamentos de risco

através da Equipa de Apoio Multidisciplinar de Apoio à Comunidade. No início do ano Letivo, deram-se também as boas-vindas aos professores e educadores de infância que vão lecionar este ano no Concelho de Ílhavo, tendo sido apresentados, neste encontro, as múltiplas propostas do serviço educativo do município.

Passando à cultura, assumimos a promoção de uma cultura mais nossa, o que se conseguiu fazer com a MILHA - Festa da Música e dos Músicos do Município de Ílhavo. A este propósito, registre-se que o Movimento 'Unir Para Fazer' continua a defender a inclusão, no vasto programa cultural do nosso município, de cada vez mais artistas, grupos e associações locais. Defendemos uma mescla de atividades que nós defendemos sempre. Não nos devemos reduzir ao que vem de fora, mas também não nos devemos limitar ao que já está cá dentro, pelo que consideramos importante continuar a investir em espetáculos vindos de fora, que acrescentem, que inovem, que potenciem o nosso crescimento, mas também que se possa aumentar o número de atividades culturais com raízes no nosso Concelho, incentivando os artistas locais a produzirem cultura que possa ser consumida e apresentada dentro e fora da nossa Terra. Esperamos que esta aposta seja para continuar.

No âmbito da mobilidade, decorreu já a primeira sessão participativa para elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Ílhavo, a que se seguirão outras, de forma a que se possa envolver o mais possível os munícipes no planeamento, cada vez mais importante, de política de mobilidade urbana para a nossa região.

Ainda uma referência para as comunicações com os munícipes para dizer que, tal como tem sido prática corrente ao longo deste mandato, a maioria dos alertas, pedidos de intervenção e reclamações, 210 em 305, foram resolvidos num curto espaço de tempo, tendo sido os outros encaminhados para as respetivas unidades orgânicas para se proceder à sua análise e resolução. Ainda a este propósito, importa assinalar que no mês de outubro foi introduzida uma novidade, passando-se a centralizar as respostas aos munícipes no Gabinete de Inovação Organizacional e Controlo Interno. A partir desta altura, este gabinete assegura, com o apoio das restantes unidades, a elaboração de todas as respostas aos munícipes, garantindo maior eficiência na resolução dos problemas colocados e na prevenção de futuros casos, bem como, naturalmente, uma maior equidade nos procedimentos a adotar para cada situação.

Investir na Ação Social, na Maior Idade, na Educação, na Cultura, na Mobilidade, na Comunicação com o munícipe, tudo isto é, obviamente, investir nas pessoas. Está a trabalhar-se para que na sua terra os munícipes possam sentir que são a prioridade pela forma como são apoiados nas suas dificuldades, como são cuidados os mais velhos, como as crianças e os jovens se desenvolvem, como todos crescem social e culturalmente. Para o Movimento 'Unir Para Fazer' não há outro princípio e fim que não seja a busca incessante para aumentar a dignidade e as condições de vida das pessoas do Município. Este é o nosso guia, o nosso verdadeiro guia, o único alfa e ómega que orienta e dá sentido à nossa prática. O único alfa e ómega pelo qual trabalhamos incessantemente para que, no fim deste mandato, tenhamos sido merecedores da confiança que em nós depositaram.»

Cláudia Reigota, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (02:50':09")

«Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Cumprimento também o Executivo da Câmara e na pessoa do senhor Presidente da Câmara Municipal, todos os presentes.

E começo por dizer: um povo sem cultura é um povo sem horizontes; uma comunidade com uma matriz cultural que identifique e que a forma é e será sempre uma comunidade mais equilibrada e mais consentânea com os valores humanistas.

Ílhavo, no Concelho como seu todo, tem uma atividade associativa que a qualifica, define e é fator de valorização como alicerce de cidadania que se pretende harmoniosa.

Poderia, nesta minha intervenção, abordar os vários aspetos das iniciativas culturais, como a riqueza das bandas filarmónicas, que são sempre uma mais-valia social, a atividade teatral, os grupos de folclore, defensores da preservação das nossas tradições, etc.

Hoje, nesta Assembleia, pretendo dar destaque a um evento maior, de impacto nacional, que ocorreu em Ílhavo, no passado dia 16 de setembro deste ano: o 26.º desfile Nacional do Traje Popular Português. Este evento, da iniciativa da Federação de Folclore Português, teve, todos nós sabemos, a parceria direta, interventiva e proativa da Câmara Municipal de Ílhavo que, desde o início, aceitou trazer a Ílhavo a essência da cultura tradicional e popular portuguesa. Para quem participou ou assistiu a este evento pôde constatar da riqueza maior da nossa matriz cultural, de um país que é nosso, ao qual pertencemos e devemos ter orgulho, de sermos as raízes de uma história que herdámos e que temos a superior obrigação de sabermos transmitir para as gerações vindouras esta nossa cultura, com a dignidade que ela merece.

Ílhavo, com o 26.º Desfile Nacional do Traje Popular Português esteve no foco da defesa da nossa cultura tradicional. Pela *passerelle*, no recinto da Vista Alegre, passaram as vivências do Alto e Baixo Minho com a sua ruralidade, vieram a Ílhavo os adufes da Beira Baixa e os seus pauliteiros, veio, também da Beira Baixa, a sua Nobre Capa de Honras. Por Ílhavo vivenciámos a forma, jeitos e trejeitos do Ribatejo. Veio a Ílhavo a dolência do Alentejo, com o seu mourejar no trabalho, mas também o seu canto tão característico. Veio o calor do Algarve, com as suas tradições de alfarroba, desafamar dos figos. Da beira litoral vimos a recriação da dura faina da plantação do arroz dos Campos do Mondego, vimos as vivências piscatórias da Nazaré. A Ílhavo vieram portugueses radicados em Andorra, mas que lá defendem a nossa cultura tão lusa. A ilha da Madeira veio a Ílhavo mostrar os seus trajes e o seu artesanato em vime.

Pela *passerelle* do 26.º Desfile Nacional do Traje Popular Português passou a essência da vida que fez e moldou o que hoje somos. O início com a infância, a criança, o namoro e o casamento na sua diferente forma e hábito tradicional da região para região. Mas pela *passerelle* também passou a realidade incontornável da morte e o seu peso na religiosidade do nosso povo. O trabalho do Minho ao Algarve, a pastorícia, desde o guardador das varas de porcos do Ribatejo e Alentejo, passando pela pastorícia da Serra da Estrela, com seu cão, até à pastorícia do Norte de Portugal, já encostado à Galiza. E pela *passerelle* deste desfile do Traje esteve e passou a zona vareira, da qual fazemos parte. E desculpem-me a afirmação, mas senti-me tão contente e tão orgulhosa em mostrar ao restante país a nossa riqueza ilhavense e vareira, em termos de trajar, vivência tradicional na sua forma de cantar, tocar, dançar, viver. Sim, porque parte significativa da sonoridade de todo o Desfile do Traje foi nossa, de Ílhavo e dos Ilhavenses. O reconhecimento deste evento maior da nossa cultura teve a sua expressão, também, com a presença em Ílhavo do responsável máximo do Turismo do Centro, do Senhor Diretor Executivo da Fundação Inatel, de Presidentes de outras autarquias, como Monção, e outros senhores vereadores de outras autarquias deste nosso país.

E a mole humana que encheu o recinto da Vista Alegre, vinda de todo o país, para assistir a este evento, além dos cerca de 1.300 trajes, em todas e outras pessoas que vieram a Ílhavo foi, reconhecidamente, merecedor da importância deste evento. Sei, por informação direta, que este Desfile Nacional do Traje Popular Português de 2003 foi e é considerado um dos melhores, senão o melhor nestas 25.ªs edições anteriores, pelo local, pela gestão cuidada, mas, essencialmente, pelo apoio logístico e eficiente que o Executivo da Câmara Municipal deu. O atual Executivo da Câmara Municipal de Ílhavo teve a audácia próprio de quem tem visão de investir na cultura nacional para que esta possa ser uma mais-valia a nossa cultura cultural concelhia. A Câmara Municipal de Ílhavo, na componente da dinâmica cultural, está mais acreditada e conceituada no panorama nacional.

A Federação de Folclore Português com a importância e responsabilidade que tem como uma ONG - Organização Não Governamental, executiva da UNESCO e acreditada por este departamento da ONU, teve, na Câmara Municipal de Ílhavo, e neste mandato que decorre, um parceiro com visão, com assertividade, com colaboração e com seriedade. Estas práticas autárquicas devem merecer o nosso orgulho. Da minha parte e do Movimento 'Unir Para Fazer' merecem, além do nosso orgulho, o nosso reconhecimento e agradecimento. E esta forma de reconhecer foi comunicada pela Federação de Folclore Português a todos os seus associados, que serão, no campo cultural, o maior movimento que Portugal tem. Seria injusto da minha parte não referir também a parceria de colaboração da Administração da Vista Alegre. E como responsável por uma associação que defende a nossa cultura tradicional ilhavense e em nome de todos os componentes desta mesma associação queira saber, Senhor Presidente João Campolargo, que lhe deixo os meus agradecimentos por ter permitido ser possível realizar em Ílhavo tão grande e nobre evento como foi o 26.º Desfile Nacional do Traje Popular Português. Obrigada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:57':15")

«Obrigado. Passo, então, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:57':22")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Penso que falar da atividade municipal é ir para o fim, para as duas intervenções últimas.

De resto, não me parece que tenha que fazer outra qualquer referência à atividade municipal, porque estas duas intervenções vieram acabar por responder a uma situação que me parecia

que estava naquilo que era a atividade municipal relativamente ao trabalho do nosso GIOCI, às reclamações, e, afinal, foi a resposta que surgiu a seguir. Portanto, parece-me que está. Resta-me também pedir aqui ao meu Vice-presidente também uma questão só sobre a oferta pública de imóveis, que me pareceu que houve aqui uma questão.

É ótimo percebermos, em todo este documento, que realmente podemos falar e demonstrar que temos feito na modernização administrativa da nossa Câmara, naquilo que são os processos de educação, naquilo que é a área social, naquilo que é a cultura, naquilo que é o desporto, naquilo que é a maior idade, naquilo que são tudo agendas diárias de técnicos municipais que, incentivados ou não por nós, mas também por outras forças exógenas àquilo que existe na Câmara, trazem para a sua área de trabalho novos projetos e põem essa aplicabilidade no território do município.

É importante saber aquilo que também se passa no Museu e visitar o Museu de vez em quando, porque as atividades são abertas e, por isso, a Câmara tem uma Agenda Municipal, tem um documento também que considera muito, na parte da cultura do 23 MILHAS, que são perfeitos livros de bolso e que podem andar com todos. E, portanto, essas atividades... desde promoção de livros, com os próprios autores a falarem sobre eles, que acontecem na Biblioteca, que acontecem no nosso foyer do Centro Cultural de Ílhavo, assim como muitas outras atividades que são referenciadas e que realmente esta Assembleia poderia estar presente como está noutros momentos e que os vive entusiasticamente. É importante que participemos porque nem sempre precisamos de ser chamados. Podemos manifestar o nosso interesse de outra forma.

Bem, mas ficam as notas relativamente àquilo que foi a participação na primeira edição, logo aberta, do plano de mobilidade em que realmente pensávamos que ia ser mais participada e, portanto, não foi e lamento falarmos sobre isso, mas agradeço também ao UPF trazer essa referência para aqui.

E resta-me fazer uma nota e uma consideração muito grande.

Realmente a Federação de Folclore Português teve o cuidado de mandar endereçar ao Executivo Municipal um documento extenso, mas na sua essência é muito importante para aquilo que foi o registo do trabalho de técnicos municipais envolvendo várias divisões e aquilo que foi o empenhamento também na gestão também de alimentação para mais de 1.400 pessoas, com a participação dos nossos estabelecimentos de ensino, transportes conjugados, visitas às nossas praias, visitas ao nosso Museu, visita uma série de atividades, a gestão e a riqueza que possamos trazer às nossas empresas que estão ligadas àquilo que é a restauração, aos nossos alojamentos locais e à nossa hotelaria. Portanto, uma panóplia de resultados que se podem tirar deste evento. E aquilo que é a expectativa futura também da visitação ao nosso território, que é muito importante, não só porque aqueles que têm a sua atividade e centram a sua atividade recreativa no folclore e que fazem já essas trocas. Exemplo da professora Cláudia que gere uma associação que é o Rancho da Casa do Povo de Ílhavo e que faz três festivais emblemáticos no nosso território, um que acontece na primavera, outro que acontece no meio do verão e outro que acontece no Senhor Jesus dos Navegantes, e que fazem parte dessa atividade também municipal que é muito valorizada por nós e que estamos sempre a vivê-la continuamente. Mas dizer isto, é dizer que o Inatel, a Federação do Folclore Português, aquilo que a TCP, o Turismo do Centro de Portugal e aquilo que é a VA foram parceiros fundamentais para que esta iniciativa acontecesse, porque se tivemos energia elétrica, foi a VA que teve connosco, se tivemos uma oferta com a qualidade que se ofereceu um prato foi a VA que englobou nos seus orçamentos, também, este apoio. Portanto, foi este envolvimento de privados e públicos que deu este resultado, que foi muito bem valorizado e referenciado pela senhora professora Cláudia Reigota. Portanto, acho que esta questão de avançarmos com o marketing territorial funciona em pleno quando se fazem estas referências e, portanto, deixava esta nota simples e uma última intervenção para o Vereador sobre a questão, por favor, da Estratégia Local da Habitação e, portanto, a oferta pública de imóveis que decorreu. Muito obrigado.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:02':55")

«Boa noite a todos. novamente. Relativamente à Estratégia Local de Habitação e, de uma forma mais concreta, a candidatura ao Programa 1.º Direito e os resultados que tivemos da consulta pública foram nulos. Portanto, não tivemos qualquer candidatura. Tínhamos essa expectativa de podermos conseguir que a comunidade apresentasse imóveis que estivessem devolutos ou que estivessem na disposição dos vender, mas tal não aconteceu. Portanto, não tivemos qualquer sucesso, nem na aquisição de imóveis, nem na aquisição de terrenos. Portanto, não houve qualquer manifestação de interesse de venda. E aproveitando também aquilo que questionou quanto ao ponto de situação, acho que era importante referir, até

porque ainda na última reunião de Câmara também fomos interpelados a sobre essa situação e até da questão de podermos ir a mais longe nesta estratégia, que nunca é demais recordar a todos os presentes que tivemos no início de mandato uma estratégia que estava a ser desenvolvida, que tinha sido adjudicada a uma empresa para desenvolver um caderno de encargos bem definido e foi opção avançar e concluir, mesmo não concordando na totalidade com essa visão. Mas não podemos perder mais tempo, uma vez que estamos atrasados pelo menos três anos face a outros municípios e que a questão da pandemia não lhes causou qualquer problema em resolver esta questão. Inclusivamente houve municípios que, mesmo antes da pandemia, já tinham a sua estratégia pronta e já tinham feito candidaturas. Desta forma, tivemos que dissecar bem esta estratégia. É o que temos vindo a fazer, a explorar todas as formas. Posso adiantar que que já temos avançadas a aquisição de um hub num edifício multifamiliar, temos também uma moradia já adquirida no âmbito de um procedimento de autoridade tributária, temos também a possibilidade de ter outra moradia e temos também já definidos dois terrenos para construção de mais duas habitações multifamiliares. Contudo, importa também referir que para aquisição de imóveis que necessitem de reabilitação ou para aquisição de prédios para construção nova, a candidatura ao IHRU tem que já ser acompanhada de um contrato para a prestação de serviços de execução de projetos. Portanto, estamos em fase final desses procedimentos. Não obstante, e percebo a surpresa porque também é evidentemente que era a nossa, no início, temos que a cumprir, desse procedimento ter bem definido que só se efetivará se o IHRU aprovar a candidatura. Pronto, tem essa salvaguarda. Portanto, o processo é complexo, nós não podemos identificar apenas um prédio, um terreno, e solicitar ou apresentar candidatura para o adquirir. Nós quando apresentarmos a candidatura temos que já apresentar que já temos contratualizada a prestação de serviços para a execução desse projeto. Portanto, nesse sentido, estamos a finalizar estes procedimentos e só depois é que poderemos, eventualmente, pensarmos na reformulação da estratégia, quando todas as opções estiverem esgotadas. Temos essa visão e entendemos que devemos fazer, mas até lá temos que, de facto, conseguir ultrapassar todos estes obstáculos para conseguirmos apresentar e, de facto, podemos pôr a estratégia em curso. Todavia, também reforçar que já temos nove candidaturas já submetidas. Não lhe consigo precisar neste momento quantas estão aprovadas para as frações propriedade do município. E quanto à estratégias penso que já esclareci. Obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:07:26")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou abrir então as inscrições para uma segunda ronda de intervenções. PSD, alguém se inscreve? Portanto temos a Sara e a Margarida. Do PSD é tudo? Chega? Não. Do PS? A Diana. E do 'Unir Para Fazer'? José Pinto Reis. Muito bem, Sara, por favor.»

Sara Fernandes, Grupo Municipal do PSD: (03:08:23")

«Ora viva. Boa noite a todos. Desde já, cumprimentar a Mesa, Senhor Presidente, caríssimos membros. Também cumprimentar os restantes membros da Assembleia e o Executivo, os todos aqui presentes e quem nos assiste lá de casa.

Eu começaria por fazer a minha intervenção primeiramente por congratular o Executivo pelo reconhecimento que tivemos por parte da Federação Nacional das Associações Juvenis, nomeadamente o selo 4 estrelas de Município Amigo da Juventude. Muitos parabéns, fico muito satisfeita por ver isto assim.

Mas também fico insatisfeita no sentido da intervenção que acabei de ouvir, aqui, do 'Unir Para Fazer' no âmbito em que ouvi, claramente, que um dos focos do Movimento 'Uni Para Fazer' é a população e as pessoas, não é? Mas o documento que estamos aqui em análise demonstra claramente que existe um foco na população, uma percentagem da população que não existe qualquer tipo de preocupação. E eu falo de quem? Falo dos jovens, não é? Vem cá sem falar dos jovens. Porquê? Porque este município não tem uma política constantemente, não tem, não apresenta qualquer tipo de políticas dedicadas aos jovens. Apresenta pseudo políticas para o público infantil, mas devidamente para os jovens, ou seja, falo naquelas idades compreendidas entre os 18 os 30/35, que agora acho que a Juventude está mais prolongada, não existe nada, não existe nada. E a única coisa que nós temos aqui, nas GOP é o programa Ocupação Jovem, que eu parto do pressuposto que é a nova versão do Programa Vocação, do Programa PMOTL, disso tudo que meu ver compensa. Eu fico muito satisfeita por ver com o atual Executivo continua as políticas do PSD, mas eu esperava, como vocês prometeram no vosso programa eleitoral, eu esperava assim um bocadinho de

pitada de inovação, sabem? Assim uma pitada de inovação para público mais jovem. Que não temos, não é? Que não temos. E deixa-me extremamente preocupada porque se vocês continuassem a aplicar as políticas do PSD, que era aquilo que eu gostava de ver, eu tenho a certeza que nós íamos ter políticas dirigidas a este âmbito da população. Mas vocês não têm. E neste período de tempo compreendido que estamos a analisar, aqui, nas GOP, pronto, não tivemos rigorosamente nada. Espero que isto mude, não é? Vem aí 2024, vem um novo ano novo, um novo período, assim um novo dia, um novo sol, espero que as coisas sejam melhores. E pronto, é isto que eu tinha a dizer. Muito obrigada.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (03:11:45”)

«Boa noite a todos. Eu quero agradecer a grande publicidade que foi feita aos programas culturais que o Partido Social Democrata implementou sempre no nosso município, com a inovação deste Executivo mudar o nome. E depois de ouvir o que ouvi, que é um género de satisfação do ego, pronto, acho que sim, não vou negar que também não o tenha feito no passado em que o PSD estava à frente da Câmara Municipal. Mas tanto?! Não, isto já chega a ser um exagero. Aquilo que se depreende é que a atividade apresentada aos cidadãos do Concelho de Ílhavo é só cultural, é só social, é só crianças, é só idosos, é só... então vamos lá.

Empreitada “Requalificação exterior do loteamento da Quinta da Valente”, procedimentos em contratação pública.

Empreitada de “Remodelação do piso rés-do-chão do edifício municipal”, a decorrer.

Empreitada de “Requalificação e ampliação do Fórum Municipal da Maior Idade, da Gafanha da Nazaré”, a decorrer.

Empreitada de “Reparação de coberturas da Piscina Municipal de Ílhavo, a decorrer.

A empreitada... vamos por aí fora, Senhor Presidente, a decorrer, a decorrer.

Não sei se o Senhor Presidente da Câmara tem noção, mas a iluminação pública é responsabilidade do Município. E na avenida da Gafanha da Nazaré, na Avenida José Estevão, existem dois postes de LED que foram abalroados por duas viaturas que há semanas que não houve... a não ser a única intervenção que houve, se calhar ainda está a decorrer a fabricação dos postes e dos LED, qualquer coisa, não sei, a cobertura para, não sei, a cobertura que é perigosa quem for nos passeios pode cair; se tiver de cadeira de rodas, não consegue passar; se for uma pessoa com mobilidade reduzida, tem dificuldades... e aquilo está ali há semanas. Vá dizer que agora vai delegar na Junta de Freguesia da Gafanha Nazaré essa tarefa. Se calhar, as Juntas de Freguesia não sabem ou ainda não perceberam o ómega e o alfa do município. Isso é que é preocupante, isso é que eu acho preocupante.

Relativamente aos fundos comunitários, que é o que me preocupa, e não venham com histórias, porque isto da queda do Governo não é desculpa, o PRR continua a correr, os concursos continuam a correr. Não venham com a desculpa “ai, caiu o Governo e tal, isto está tudo travado”... é mentira, as coisas continuam. O PRR.

Intervenção edifícios públicos, curioso. Casa da Cultura de Ílhavo, porta automática, com uma despesa elegível de 3 milhões, elegível, total de 3 milhões e 613 mil... ai não, 3 mil, peço desculpa. Eu peço desculpa, eu vou pôr os óculos... 3.600 eu peço desculpa, isto é idade, já é a idade. 3 mil euros.

Programa de intervenção nas habitações, remodelação de habitação no centro histórico de Ílhavo, com uma despesa elegível no total de 8.000. Já foi falado aqui, estamos a falar de fundos comunitários.

Ora bem, 3.600 mais 8.700, isto começa a ser preocupante.

Centros de Saúde, os famigerados projetos do Centro de Saúde que era uma questão governamental e que agora o Senhor Presidente de Câmara diz que é uma causa do Município. Aos anos que estava a ser tratado e nós sabíamos que a delegação na área da saúde, o Partido Social Democrata, não aceitava sem saber qual era o montante, quantificar, contratar o que era necessário, que não é necessário, porque havia uma promessa do Governo desde 2017. Longe de nós imaginar o que viria por aí.

Requalificação e ampliação dos, atenção que isto é bom que os municípios saibam disto, “requalificação e ampliação da extensão de saúde da Gafanha da Nazaré”, esclarecimentos ainda estamos na fase dos esclarecimentos, enviados a 17 de outubro.

Requalificação e ampliação do Centro de Saúde de Ílhavo, esclarecimentos enviados a 26 de outubro.

Portanto, vamos acabar este mandato autárquico sem termos, provavelmente, se calhar, a desculpa é porque vamos mudar de Governo, ou é o PS, ou é o PSD ou não sei quê, o PRR... o PRR não tem nada a ver com o Orçamento de Estado, não tem nada a ver com o Governo. Candidaturas em análise.

Requalificação e ampliação do Salão Cultural, UCSF da Gafanha da Encarnação, em análise.
Reabilitação da Piscina Municipal de Ílhavo, outra vez, eficiência energética em análise.
Esclarecimentos enviados a 17 de outubro e 20 de outubro.

Requalificação da Escola Básica José Ferreira Pinto Bastos, Ílhavo, em análise.

Requalificação da Escola Básica Professor Fernando Martins, Gafanha da Nazaré, em análise.

Pedidos de pagamento aprovados submetidos.

Segundo pagamento à candidatura do Centro de Habitação Social do Bebedouro, 105 mil euros. Terceiro pedido de pagamento, terceiro pedido de pagamento da candidatura, OK.

Corredor ciclável Zona Industrial da Mota - Gafanha da Nazaré, montante recebido: 120 mil euros.

Isto é o que está no relatório, não é só vir aqui falar de festas, festinhas e colóquios, etc. É o que está neste relatório que me preocupa como município e como membro da Assembleia Municipal. Porque é assim, isto de entrar na demagogia do populismo, isso eu vou deixar para o Chega. A sério, o Chega é o partido indicado para isso. Agora, chegar aqui e ver que isto acontece, que isto acontece.

Eu, desta atividade de atividade municipal, então eu tenho que dar os parabéns à vereadora Mariana, porque foi a mais eficaz, a que mais trabalho mostrou. Porque de resto ou é em análise ou está em concurso. Isto para mim é preocupante. Isto para mim é que é preocupante. Nada contra o seu trabalho, é todo meritório, vereadora Mariana, mas entrar aqui, porque sua postura da vereadora Mariana é completamente diferente do resto. A Mariana tenta esclarecer, a vereadora Mariana tenta tratar das coisas de forma humilde e se houver uma falha ela escuta. Eu peço desculpa, mas do Vereador João Semedo e do Senhor Presidente de Câmara, às vezes, há aqui um laivo de... que me preocupa, em termos democráticos. E o alfa e ómega... eu tenho um Alfa Romeo, se quiserem, pronto, também posso dizer então onde é que está o alfa Romeo do Município de Ílhavo, que é uma grande marca. Agora o alfa... e o beta, onde é que está? E agora questiono. E as juntas de Freguesia? De onde vai o ómega ao alfa? Para aqui me fico, Senhor Presidente. Obrigada.»

Diana Gandarinho, Grupo Municipal do PS: (03:20:09")

«Eu queria agradecer a resposta do senhor vereador João Semedo sobre a Estratégia Local de Habitação e o ponto da situação.

Já que, hoje, estamos numa abertura de coração e aqui a apelar ao lado mais emocional, eu vou confessar. Esta é a minha primeira vez com assento aqui na Assembleia. Eu tinha expectativas muito diferentes sobre o que era fazer política ao nível local. E eu confesso que é muito frequente, aliás, eu acho que ainda não saí daqui de nenhuma das nossas sessões, nem nenhuma das nossas reuniões, sem sentir uma profunda frustração destas minhas expectativas. Porque eu achei que a comunicação seria feita de outra forma, que os processos seriam discutidos, participados. Eu entendo, na perspetiva de fiscalização, que é isso que nós estamos a fazer aqui. É isso que compete àquilo que é a Assembleia e o que é isto da fiscalização. Na minha ideia, talvez eu tivesse a ideia errada de colocar perguntas, perceber o estado da situação, discutir opções, explorar potenciais soluções, trazer novas ideias. Quem sabe, seria possível até. Mas eu fico sempre muito frustrada porque muitas vezes as minhas intervenções ficam sem resposta. Esta é a realidade. E hoje tive resposta. Pelo menos uma parte dessa intervenção que fiz. Mas a maioria das questões que eu coloquei não tiveram qualquer *feedback*. Eu entendo, está no seu direito de o fazer, mas pronto foi o abrir do coração.

Preocupa-me profundamente aqui a questão do projeto de biorresíduos, tendo em conta a data e o final do ano que se aproxima e aquilo que é a legislação e os prazos que nós, supostamente, temos de cumprir naquilo que são os biorresíduos provenientes de atividades de restauração e atividade industrial. E eles têm efetivamente que ser separados a partir do próximo ano, e daí ter colocado a questão e achar que era tão importante falarmos disto. As outras questões entendo que não queiram responder. Foi numa ótica mais crítica, percebo. Mas é isso, abri o coração, partilhei a minha frustração e hoje até vou para casa mais aliviada. Muito obrigada.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (03:22:45")

«Boa noite, mais uma vez.

Eu ia prescindir, mas gostava só de fazer algum esclarecimento aquilo que foi a intervenção da Margarida. Ou eu adormeci ou não foi muito claro quando a Margarida enunciou um conjunto de obras que disse, estão a decorrer. Bem, se estão a decorrer, estão a ser feitas. É trabalho que está a decorrer, Não percebi. E depois, também não percebi na parte final

quando diz que aquilo que são as candidaturas estão em análise. Estão em análise, estão fora da Câmara, estão para serem aprovadas para serem financiadas, ou não, ou para serem pedidos esclarecimentos adicionais, para serem pedidos documentos adicionais que fundamentem essas candidaturas. Eu acho que nós devemos, e no seguimento daqui da abertura do coração da Diana, fazer um esforço para termos uma linguagem mais fácil para as pessoas que nos ouvem lá em casa perceberem aquilo que estamos a falar. E eu estou a englobar-me também nesse conjunto de pessoas. E não foi claro, Margarida. E acho que todos ficaremos a ganhar se conseguíssemos transmitir aqui as ideias claras e que não viéssemos quando é para criticar-me, logicamente que as críticas são naturais dos partidos da oposição, é natural que o Movimento que apoia o Executivo tenha uma visão diferente, porque tem outra visão, teve outro compromisso com a população e, por isso, é normal que isso aconteça. E naquilo que nós temos que tentar é que os nossos conterrâneos sejam esclarecidos de forma cabal. Muito obrigado.»

Defesa da Honra

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (03:25:00")

«É muito bom quando nós percebemos que é os Executivos têm advogados também aqui na Assembleia Municipal. Mas aquilo que eu constato aqui é uns falam de programas e de festivais. Eu só tive a dizer, enganei-me, de facto, nos milhões, também faz parte, porque a nós trabalhamos durante o dia e chegamos aqui estamos cansados, estamos, mas temos esta missão e para isto estamos adjudicados. Eu ainda não percebi onde é que eu não fui clara, porque eu só li o que está no relatório. Então, o relatório não é claro. Se me está a dizer que eu não sou clara e que não entende o que eu estou a dizer, está a dizer que o relatório do Senhor Presidente, apresentado esta Assembleia Municipal, não é claro. Pronto, isto é que eu acho grave. Eu não preciso que o Pinto Reis seja advogado do Senhor Presidente da Câmara, porque o senhor Presidente da Câmara vai-me responder com elevação e com... é assim, eu só me limitei a ler o que está no documento. O Pinto Reis é que está a dizer que a mensagem não é clara, e que está em análise, que está não sei quê. Está a decorrer. Está em análise. E onde é que está a requalificação da Escola Básica? Está em análise. Onde é que está, vem aqui a dizer que os projetos "empreitada de construção do arruamento da ligação da rua das Cancelas à rua Gabriel Ançã, em fase de relatório final. Portanto, há aqui uma coisa. Eu coloquei questões pertinentes, que são dois postes de eletrificação, que a Câmara é responsável por a ter, só, só na Avenida Central da Gafanha de Nazaré, que põem em perigo a segurança de quem lá... se aqui não passeiam em Ílhavo à noite, se as pessoas aqui não se movimentam à noite ou durante o dia ou andam a pé, na Gafanha da Nazaré andam. Eu sou uma delas, tanto para trabalhar, tanto ir para passear, *whatever*, eu aproveito o meu espaço, e o que eu constato é que ao pé do talho "Irmãos Dias" temos esse problema... É a defesa da honra, é Sérgio. É. É. Portanto, quando me faz acusações que não percebe a minha mensagem, tem é que dizer ao Senhor Presidente da Câmara que o documento é que não está bem feito.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:27:45")

«Obrigado. A Mesa está aqui para considerar se é a Defesa da Honra ou não é. E foi considerado Defesa da Honra.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:27:53")

«Muito bem, Senhor Presidente, por favor»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:28:01")

«Muito obrigado. Vou tentar ser correto, disciplinado, não tentar andar aqui nesta jigajoga que é gira de ver. Em todos os lados há jigajoga. É porreiro. Vou mesmo feliz com isto. Uns riem-se aqui, torcem-se todas nas cadeiras e brincam. Até a idade lhes permite isso, ainda. Um dia mais tarde, se calhar, vão pensar o contrário. Outros, até já muito maduros, ainda continuam a fazer a mesma atividade, portanto. Recordam-se pouco do passado. Mas as lembranças estão no povo e, portanto, nós vamos continuar por esse caminho fora. E eu continuarei a governar a Câmara Municipal, com o Executivo Municipal, os sete elementos. E, portanto, fazemos este trabalho.

Eu acho que há um conceito completamente diferente de definição da Atividade Municipal. E eu até sou um autarca que posso falar muito pouco, porque a minha experiência é curta, face

a todos os que estão aqui nesta Assembleia. Até tive pouca representação nos organismos onde estive, nem fui Presidente, nem nada. Portanto, estou um bocado enganado em algumas coisas. E vou continuar porque algumas pessoas validam isso e os resultados eleitorais também testemunharam isso. Mas muito bem.

Olhe Sara, eu fico contente com o que a senhora disse, assim meia divertida com isto tudo. Mas gostava que fizesse a história do passado todo. E quando a fizer, vai reparar que tem sido tão difícil, ou mais, a nós, como foi aos Executivos anteriores. E fico-me por aqui no que lhe estou a dizer. Porque para me vir dar lições, assim, de moral, assim um bocadinho, assim, a mim e à equipa que está na Juventude ainda terá que perceber algumas coisas, e eu acho que o tempo lhe vai dar isso. Espero que seja, é uma promissora autarca e, portanto, acho que tem essa condição e tem esse trabalho pela frente. Portanto, lute por isso.

Quanto à Margarida. Esta do “satisfação bué”, bem, eu já ouvi muita coisa, mas agora *bué* já é bom, satisfação já é melhor até que bué. Portanto, deve ser alguma coisa deste género.

Relativamente àquilo que acontece naquilo que é o espaço público, a destruição, muitas vezes, dos equipamentos que a Autarquia põe, ou que os parceiros da autarquia põem por acordo conjunto, caberá também a algumas seguradoras resolver esse trabalho. Nem sempre a Câmara Municipal de Ílhavo poderá dar essa resposta. Independentemente que alguns dos equipamentos que se encontrem nessa avenida, até hoje, já nem são autorizados, já não é autorizada a sua utilização. E, portanto, até será difícil colocar um equipamento igual ou parecido, penso que nem há em substituição daquilo que foi destruído, mas caberá a uma peritagem fazer isso e autorizar o operador qualificado para fazer a colocação disso e não à Câmara Municipal de Ílhavo. E, portanto, relativamente a isso, também tem sempre os meios que quiser, não precisa de trazer, não precisamos estar a discutir estes assuntos na Assembleia. Pede ao Senhor Presidente da Junta, o Senhor Presidente da Junta reencaminha para nós, se puder resolver, resolve, se não puder encaminha para nós. Este é um sistema que acontece frequentemente. Portanto, a Senhora também pode fazer direto, não estou a perceber onde é que quer chegar com isso, nem percebo que exemplos é que tem na sua vida mais sobre isso, mas fico-me por aqui

Também lhe quero lhe dar um agradecimento, mesmo profundo, por ler aquilo que leu aqui da Atividade Municipal. E até podia ter gasto o tempo todo a ler o documento, porque lá em casa, muitas vezes, se calhar, não percebem que estes documentos vão estar disponíveis e que as pessoas podem consultar e ler e acompanhar da mesma forma que vocês acompanham, e esclarecer aquilo que a Senhora aqui diz, de uma forma muito clara. Portanto, já víamos isto no papel do senhor Flor Agostinho, agora vimos em si, vão trocando. É ótimo perceber essas coisas. E não valorizar nada também já estamos habituados, portanto, vamos viver com isso. A não ser a Sara que, realmente, congratulou-se com o município de 4 estrelas. Só faltou dizer que acabaram as 3, porque não eram 3 e não eram 4, e que a escala foi diferente agora. E, portanto, explicava também isso e as pessoas iriam saber e o número que falta para nós podermos escalar para um valor mais elevado, o que é que teríamos que fazer. Estamos conscientes disso e, portanto, tranquilos sobre essa matéria.

Relativamente à Diana, percebendo nós que estamos num contexto político e não técnico, também lhe digo que tem a abertura suficiente para o fazer e conversar connosco tecnicamente fora daqui, quando quiser ver os seus esclarecimentos todos, porque isto é uma Assembleia e, portanto, eu entendo que a Senhora quando veste este papel de estar aqui, estamos a exercer política. E tornou-se, também, uma política profissional. Portanto, quando quiser falar, fala dessa forma, mas eu acho que pode esclarecer tudo isto connosco e acompanhar também os resultados que nós vamos tramitando, naquilo que são as reuniões de Câmara, relativamente a algumas matérias e, portanto, que pode esclarecer sobre isso. Mas deixaria só aqui uma nota também importante relativamente aquilo que pensou sobre a nossa estratégia de comércio local ou aquilo que possa ser as estratégias. É evidente que nós ambicionamos já há alguns anos, não é de hoje, e eu também tive esse papel de intervenção, aquilo que é a possibilidade de termos uma Associação Comercial em Ílhavo que tenha associado a ela todos os comerciantes da Costa Nova, da Barra, da Gafanha da Nazaré, da Gafanha da Encarnação, de São Salvador. E temos visto estratégias, partilhadas e implementadas pelas nossas Juntas e por algumas Associações, de Mercadinhos de Natal, que já não é de agora e que muitas das vezes não se revertem para o comércio local, mas sim para esses seus colegas artesãos que fazem parte dessas iniciativas que acontecem na Encarnação, que vão acontecer na Costa Nova – desculpe, na Barra e que vão acontecer em São Salvador, até com uma envolvimento grande daquilo que são as nossas Associações de Pais e outras Associações que são convidadas para exercerem as suas atividades e, também, poderem receber alguns fundos para depois gerir as suas Associações. E, portanto, precisávamos de ter realmente uma pessoa que falasse por todos, para podermos depois

implementar uma estratégia, quiçá até um financiamento, que depois se englobasse numa estratégia global e não sermos nós os mentores insolados desta estratégia, porque o comércio está em mais que uma artéria, está mais em mais que um ponto e, portanto, corríamos sempre o risco de ser desagradáveis com alguém, e isso não é o meu objetivo. E, portanto, acho que de uma vez por todas, fica aqui o apelo, uma vez que a transmissão vai para além desta sala, e todos os autarcas se comunicarem com 300 ou 400 pessoas ou 500 que visualizam, podem fazer uma publicação e diz 'precisamos aqui de uma associação de comerciantes em Ílhavo' para pôr o comércio local lá em cima e lutar por isto. Muito bem e vamos fazer isso. Olhe, hoje, por exemplo, abriu uma estrutura comercial na Gafanha da Nazaré, onde nós estivemos presentes, fomos convidados e uma das nossas preocupações foi vermos a estrutura, como é que ela se disciplinou e como é que ela tem apresentado os produtos e a guerra que vai criar em alguns comerciantes de alguns produtos que estão lá e que, no nosso território, tem uma força tremenda, que são as nossas padarias, que têm um bocadinho de cunho da América do Sul, como sabe, mas que, se for lá, vai ver que o primeiro choque tem na loja é produtos frescos e padaria. E, portanto, não sei o que é que isto vai dar, mas tudo isto é complicado para uma estrutura local que vive, hoje, com alguns problemas. E, portanto, eu espero que esta resposta também alerte para as questões que também nos preocupam e que vamos falando com as pessoas. Claro que não vamos proibir a instalação de nenhum comércio ou de outra estrutura qualquer que seja da dimensão que apareceu, e que é natural que nos próximos dois anos surja, porque esse planeamento também está a ser feito. Agora, também é preciso vermos uma coisa. É que o nosso território, possivelmente nestes quatro anos, já mostrou atratividade diferente daquilo que foi nos últimos 2 anos e com uma saída de uma pandemia. Registamos as novas fábricas que estão aqui a aparecer, os novos interesses comerciais e a atratividade também na área do turismo e da gastronomia. Aquilo que tem surgido nestes últimos dois anos, não sei se é confiança no Executivo Municipal, se é no trabalho dos técnicos municipais, se o município se tornou mais visível e, portanto, com isso, trazer novos investidores, mas o que é certo é que nós sentimos isso e criámos mesmo uma equipa para trabalhar essas matérias de desenvolvimento daquele que é as estratégias local de investimento e desenvolvimento, acompanhando todas as semanas, ou durante os meses que decorreram até agora, visitas industriais e acompanhamento também aquilo que são as necessidades dos nossos industriais.

Quanto aos biorresíduos, eu acho que merece, claro, a resposta. É uma preocupação sua desde o momento em que a vejo aqui nesta Assembleia, e, portanto, estamos a trabalhar sobre essa matéria. Posso-lhe dizer que este ano, numa fórmula diferente e que foi também solicitada pelos nossos colegas de vereação do PSD e do PS, fizemos um diálogo muito superior àquilo que tinha acontecido no ano passado. Neste momento estamos a tentar a validação perante a ERSAR daquilo que é o documento que vamos trazer como o valor que vamos para os resíduos e que foi uma estratégia conjunta, associada, e, portanto, depois dessa validação, irá à reunião de Câmara. Espero que em janeiro entre ao serviço.

No entanto, vou-lhe dar só uma nota. A Câmara Municipal da Ílhavo tomou uma posição, esta semana, relativamente a esta situação dos lixos. Há, como sabe, uma luta dos municípios portugueses àquilo que é o valor atribuído pela quota de cada tonelada de lixo, que entra na ERSUC, indiferenciado. E o Governo, com uma estratégia a 3 anos, a partir de janeiro vai criar uma valorização diferente para os resíduos que são diferenciados, com uma imposição também legislativa. O que é certo é que estas empresas, que estão sobre um chapéu que se chama EGF, vão aumentar os seus investimentos brutais por as deficiências que se apresentam no serviço que prestam, que nós já discutimos aqui, que é deficiente recolha, a falta de ecopontos. Se nós tivermos... agora vem uma teoria que, 'ok, vamos pôr para 106 habitantes um ecoponto'. Até aqui a média era 166. Agora vamos pôr mais equipamentos. Se eu já tenho problemas com os equipamentos na rua e as pessoas não diferenciam, vamos associar um indiferenciado ao diferenciado. E as pessoas, quando o diferenciado está cheio, botam no indiferenciado. Paga a Câmara. Percebe? Paga o munícipe também, neste caso. O ano passado em 90%, depois se cifrou em 77% e nós pagamos o outro valor, não é? Portanto, todas estas estratégias estão a ser pensadas de forma a que o serviço, e que aquilo que é a qualidade que nós queremos no nosso território, em termos de higiene e limpeza urbana, seja completamente diferente da realidade que foi o ano passado, que foi há 2 anos e que foi há 3. Mas eu acho que qualquer Executivo teria esse objetivo.

Deixaria então para a sua Vereadora também mais alguns temas sobre os biorresíduos. E para o senhor vereador João Semedo uma última intervenção também sobre duas matérias que acho que é importante deixar de referência, agradecendo a participação de todos na atividade municipal. Muito obrigado.»

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (03:40':23")

«Pegando nas palavras do Senhor Presidente, relativamente aos biorresíduos e ao trabalho que tem sido desenvolvido, e tendo em conta a previsão daquela que será a segunda fase, porque estamos, exatamente, a arrancar com a implementação da primeira fase, tendo em conta que aquilo que estava previsto não pôde ser executado no tempo provisionado, tendo em conta o fornecimento de equipamento.

Os biorresíduos nos grandes produtores vão arrancar ainda em 2023. Estamos a entrar no mês de dezembro e é exatamente neste período que é um período também de maior consumo, por isso entendemos que é importante, independentemente de começarmos no último mês, é muito importante começar. A campanha de sensibilização foi construída em conjunto com operadores e foram contactos individualizados realizados e este acompanhamento e monitorização vai ser efetivamente, vá, passe a expressão, personalizada. Isto porque uma primeira fase obriga a este olhar cuidadoso e um acompanhamento sério nesta matéria, porque já percebemos qual é que é a percentagem de contribuição destes grandes produtores para a fração total dos biorresíduos que corresponde a nossa população.

Numa segunda fase, nós temos já previsto para 2024, já está espelhado nos documentos que seguiram para vossa análise relativamente ao reforço. Isto sem previsão de candidaturas que, naturalmente, abrirão. Mas neste momento estamos-nos a focar naquilo que é uma previsão de execução e implementação por parte do Município no âmbito da recolha comunitária. Como também sabem, foram adquiridos combustores para corresponder àquele que é o tratamento na origem e em conjunto com todas estas ações nós contamos atingir os resultados que decorrem daquilo é o diploma legal.

Referir que está a decorrer um processo muito importante, do ponto de vista de análise, em conjunto com a APA e com o nosso operador, ou seja, com a empresa de gestão em alta, neste caso a ERSUC. Estamos, a um nível regional, a trabalhar o PAPERSU [*Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos*], não só da região, como, individualmente, de cada município. Esse é um trabalho que está a ser desenvolvido, não só nas frações recicladas ou recicláveis que conhecem, ou seja, as 3 unidades do ecoponto tradicional, como todos os resíduos que são encaminhados, nomeadamente os têxteis, nomeadamente os monos, os verdes que não entram nesta questão dos biorresíduos de recolha dos grandes produtores e de comunitária, porque os verdes, como saberão, terão exatamente um tratamento e encaminhamento especial, porque depois a valorização também é feita de outra forma.

Relativamente aos biorresíduos, será efetivamente um ano de viragem. Este ano 2023, ainda, e 2024 trará esta mudança grande para toda a comunidade relativamente à implementação do sistema. Como compreenderão isto já decorreu de ações de trabalho dentro do Executivo e, neste momento, nós não nos encontramos em condições de optar por outros sistemas de recolha, tendo em conta também compromissos assumidos previamente ao nível da contratação. Por isso, nesta fase, estamos exatamente a implementar um sistema que corresponde àquilo que é o cumprimento não só de um diploma legal, mas daquilo que deve ser feito e que já deveria ter sido pensado há bastante tempo. Esta é a nota relativamente aos biorresíduos. Mas eu já disse algumas vezes este ponto, porque para mim é um ponto que me é caro.

Relativamente à questão do Orçamento Participativo. Eu gostava mesmo de referir que antes de nós aumentarmos os valores referencial, nós temos que efetivamente incentivar a participação. É essencial incentivar a participação nesta ferramenta, no Orçamento Participativo, não só a nível do número de projetos candidatos, como também na votação. E entendo que para um primeiro ano, para uma primeira implementação, tivemos um bom resultado. Mas teremos este desafio de ir além, de fazer de fazer melhor e de chegar exatamente à população, porque é muito importante que se torne num verdadeiro instrumento de política pública participativa. E penso que é tudo.»

Vice-presidente do Executivo, João Diogo Semedo: (03:46':06")

«Quería começar por referir, aqui, a questão importante que foi aqui referida das redes sociais, que foi tão falado e deu direito a tantas performances aqui na nossa Assembleia. Contudo, vemos também que, em plena Assembleia, continue nas redes sociais e a atenção é pouca, que às vezes, se calhar, era mais importante para os dossiês, para os podermos discutir outra forma.

Quanto a este documento da atividade municipal, temos que ter um respeito muito grande pelos técnicos municipais que elaboram este documento, porque vemos na forma como a maior parte das intervenções são feitas, sobre este documento, como se fosse um documento

da maioria em exercício. A maioria em exercício claro que é responsável, depois, pela divulgação do documento, mas tem zonas próprias ou páginas próprias no documento para tecer os seus próprios comentários. Mas a informação, até que foi aqui contestada, quanto às obras e a clareza, é evidente que nós há matérias em que temos mais à vontade e outras temos menos ou não temos mesmo nenhuma, ou temos mesmo incapacidade de as responder ou de as discutir. Por isso é que nós, enquanto maioria, temos pelouros atribuídos e uns que se especializam mais numas áreas do que outras. Mas o trabalho que é feito por estes técnicos, que reflete aquilo que eles fazem ao longo dos meses a que se refere a atividade, acho que merece o respeito da nossa parte, porque estamos a falar de muitos colaboradores deste município que todos os dias dão o seu melhor em prol da nossa comunidade.

Bem, depois sendo mais concreto, quanto às empreitadas e àquilo que foi referido, também é importante que se esclareça. Eu penso que foi referido aqui a informação que consta das obras públicas nas páginas 63 e 64. E, de facto, isto é claro. Nós temos divididas as obras por projetos em curso, obras já adjudicadas, obras concluídas e temos aqui uma parte que é dos procedimentos de contratação pública.

E, de facto, está nos procedimentos de contratação pública a empreitada “Requalificação exterior do loteamento da Quinta da Valeta”. É um facto, está em fase que já foi concluída da assinatura do contrato e esta empreitada está mesmo para se iniciar. Depois, falamos da empreitada de remodelação do rés-do-chão do edifício municipal, bem como a empreitada de ampliação do Fórum Municipal da Maior Idade, na Gafanha da Nazaré. De facto, os projetos foram desenvolvidos, foi aprovada, em reunião de Câmara, a abertura dos procedimentos, mas, infelizmente, estes dois procedimentos ficaram deserto. Portanto, na última reunião de Câmara tivemos oportunidade de trazer a conclusão desses procedimentos e deliberar a abertura de novos procedimentos com outros valores. Está, neste momento, a decorrer o procedimento de contratação pública. Portanto, neste momento, estas duas obras estão em processo de concurso.

Depois, temos aqui outros procedimentos, como da Piscina Municipal de Vale de Ílhavo e que já tivemos a oportunidade de explicar. Portanto, houve aqui algumas questões quanto ao financiamento e foi decidido subempreitar, vamos dizer, dividir este procedimento em subempreitadas de forma a podermos ser mais ágeis na execução dos trabalhos. E, de facto, estão a decorrer com algum encadeamento, tivemos a parte da iluminação, tivemos as caixilharias, estamos agora a finalizar a parte das coberturas, mas, de facto, são procedimentos que estão em curso.

Depois temos outros procedimentos de execução do projeto, como eu tive, há pouco, oportunidade de falar, relativos à Estratégia Local de Habitação.

Refira-se também que agora foi publicado o concurso para a empreitada de saneamento na Gafanha do Carmo, portanto, um projeto que todos ambicionavam.

Está também curso o concurso de ideias para a Ponte da Vista Alegre.

Portanto, é desta forma que a informação está distribuída. Julgo que está objetiva. E queria aproveitar, pelo reconhecimento dos técnicos, pronto, também, o agradecimento e o reconhecimento pelo seu empenho. É tudo o que me cumpre informar, Senhor Presidente. Obrigado.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:50':50")

«Muito obrigado, caros Vereadores. Como sempre, em equipa, daremos as melhores respostas, melhores soluções.

Só para finalizar, e penso que esta questão da Piscina é de Ílhavo, não é de Vale de Ílhavo, mas fica à correção só àquilo que o Senhor Vereador disse.

Relativamente à criação do documento, claro, a valorização dos técnicos está aqui, está aqui o trabalho que eles exercessem, está aqui os relatórios que eles nos prestam, a informação que é transmitida a vocês para que vocês possam analisar. Pronto.

Depois, relativamente àquilo que são projetos a decorrer ou não decorrer, faltou só aqui uma crítica que até já está pronta e porque é que não está aberto? Há, relativamente a alguns projetos, aquilo que é a possibilidade de nós termos fundos de financiamento nas medidas que estão disponíveis para nos ajudar a um financiamento que a Câmara possa precisar e precisa sempre. E, portanto, muitas das vezes, estes projetos prolongam-se mais um bocadinho para depois haver a realização de todo o fecho de obra e ter o financiamento concreto. Porque neste momento, até numa relação com o quadro comunitário, nós não fomos dos municípios mais felizes dos 11 da CIRA, naquilo que foi a captura de fundos comunitários. Espero que os resultados não sejam iguais, e se forem resultados nasce duma negociação também não desejada por mim, porque já o disse aqui com o nosso objetivo ia muito além

daquilo que são os 90 milhões de euros que nós tínhamos previsto investimento para o nosso território, que não se cifram só por 1 ano, porque temos orçamentos plurianuais, mas a negociação e entendimento com os outros municípios da CIRA.

Portanto, não havendo também essas obras, não era fácil para o Executivo, sem projetos, sem outras coisas, poder apresentar muito mais do que aquilo que já está feito e que é muito e que se resume em documentos longos e extensos, com dezenas, se não centenas, de obras e de reparações, aquisições de viaturas, etc., etc., que estes documentos espalham desde o início do mandato e, portanto, que estão presentes na nossa página e mais uma vez, quem os quiser consultar, estão aí e podem ver a atividade, aquilo que os nossos técnicos desenvolvem e aquilo que é o Executivo na sua gestão e no exercício da sua gestão, não só política, mas também administrativa, financeira e todos os outros pontos que tocamos neste mandato. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

A “Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 01SET2023 a 31OUT2023” foi apreciada

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:53':21")

«Muito bem. Muito obrigado, Senhor Presidente. Já ultrapassámos a meia-noite e meia, portanto, vamos continuar os trabalhos não amanhã, mas mais logo.

Vou pedir, vou pedir ao Primeiro Secretário que leia a ata em minuta, está bem?»

Conclusão

Ata em Minuta

Da Assembleia Municipal

1.º Secretário da Mesa, Pedro Tróia: (03:53':41")

[Leitura da Ata em Minuta, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da Ata]

Depois de lida a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata. (03:55':24")

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 00:56 do dia 30 de novembro.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Técnico Redator

(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

(Miguel Pedro Araújo)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO (reunião de 29 de novembro de 2023)

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, em Sessão Ordinária, para apreciação e votação dos seguintes pontos:

Aprovação das Atas n.º 21 e 22, referentes à Sessão Ordinária de Setembro de 2023. As Atas foram aprovadas por **Unanimidade**.

Voto de Pesar pelo falecimento Rufino Manuel Martins Filipe, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD. Aprovado por **Unanimidade**.

Voto de Louvor a José Agostinho Ribau Esteves, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD. Aprovado por **Unanimidade**.

Ponto 1. **Proposta de abertura de procedimento para “Fornecimento de gás natural para edifícios municipais”**. Aprovado por maioria, com 15 votos a favor, 10 abstenções e — contra.

Ponto 2. **Proposta de abertura de procedimento para “Fornecimento de energia elétrica em MT e BTE – lote 4 do Acordo Quadro n.º 11/2022”**. Aprovado por maioria, com 15 votos a favor, 10 abstenções e — contra.

Ponto 3. **“Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 01SET2023 a 31OUT2023”**.

A Comunicação foi apreciada.

Conforme previsto, a sessão terá continuidade no dia 30 de novembro, quinta-feira, às 21:00, no Salão Nobre dos Paços do Município.

Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata da reunião de 29 de novembro de 2023, respeitante à Sessão Ordinária de Novembro, sendo a mesma aprovada por: **UNANIMIDADE**.

O Presidente da Assembleia Municipal

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na Sessão Ordinária de Setembro, realizada a 29 de novembro de 2023, no Salão Nobre dos Paços do Município.

Sessão Ordinária de Novembro Primeira Reunião de 29NOV2023

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
GRUPO MUNICIPAL PSD			
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos			X
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			
António José Flor Agostinho			X
André Filipe Casqueira Guimarães			X
Irene Maria Ribau Esteves Tavares			X
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves			X
Sara Marina Tomé Fernandes			X
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		X
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		X
Luís Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		X
GRUPO MUNICIPAL UPF			
José Manuel Figueiredo Pinto Reis			X
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			X
Pedro Miguel Cristo Graça			X
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			X
Cláudia Cristina Fernandes Reigota			X
Daniela Ribeiro Alegria			
Mariana Silva Lopes	(substitui 365 dias)		
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		X
João Pedro Ribau Casqueira	suspensão 365 dias (28ABR2023)		
GRUPO MUNICIPAL PS			
Pedro José Catarino Senos Tróia			X
Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			X
António Pedro Oliveira Martins			X
Diana Catarina Anastácio Gandarinho			X
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho			X
Modesto Manuel dos Santos			
GRUPO MUNICIPAL CHEGA			
Sérgio Louro			X

EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente		X
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador		X
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		X
Maria de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		X
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		X
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		X
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador (365 dias)		X
SUBSTITUIÇÕES			
Fábio Miguel da Silva Marta substitui Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			X
Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Daniela Ribeiro Alegria			X
Paula Alexandra da Graça Ferreira substitui Mariana Silva Lopes			X
Miguel Ângelo Teixeira Andrade substitui Modesto Manuel dos Santos			X

Renúncia de Mandato: Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Perda de Mandato (15 abril 2023): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD)

Renúncia de Mandato: Hugo Filipe Casqueira Coelho (PSD)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 28 abril 2023): João Pedro Ribau Casqueira (UPF)

Ílhavo, 29 de novembro de 2023

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.
Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal
Miguel Pedro Araújo



Voto de Louvor

Na sua reunião do dia 23 de outubro do corrente ano, realizada em Ovar, o Conselho Intermunicipal da Região de Aveiro assinalou a mudança na liderança da CIRA, promovendo a substituição do atual Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, José Agostinho Ribau Esteves, pelo autarca da Murtosa, Joaquim Batista, que passa a ser formalmente o líder do conjunto dos 11 Municípios que constituem aquela Comunidade.

Ribau Esteves exerceu ao longo de quase 23 anos a presidência da antiga Associação de Municípios da Ria, Grande Área Metropolitana e Comunidade Intermunicipal, tendo durante este extenso período implementado várias reformas na gestão daqueles Órgãos, que assumiu sempre com um gosto pessoal e peculiar, que lhe permitiu desenvolver e realizar, conjuntamente com os restantes Presidentes de Câmara, um vastíssimo conjunto de projetos, eventos e obras, em prole dos municípios dos Concelhos pertencentes à CIRA.

Ao terminar este ciclo de governação regional, saúda-se o seu generoso, dedicado e competente desempenho pelo trajeto de afirmação do território, tendo contribuído ativamente para a construção da região, promovendo e desenvolvendo um relevante esforço em congregar vontades em defesa de ideias comuns, sempre com uma indelével determinação política e conhecimento técnico.

Reconhecendo-se que Ribau Esteves, também prestou durante este período relevantes serviços ao Município de Ílhavo, dedicando-se desde muito jovem, com uma invejável tenacidade, dedicação e competência à gestão autárquica, que iniciou em 1990 com apenas 24 anos no desempenho de funções de primeiro Vereador da Juventude e Defesa do Meio Ambiente, e posteriormente colocou ao serviço do Município uma forte dinâmica, nas áreas que abraçou, culminando em 1997, com a sua eleição de Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, onde permaneceu dezasseis anos, encetando um desenvolvimento ímpar em todo o território municipal de uma forma equilibrada, mobilizadora e inteligente.

Nesta ambiência, Ribau Esteves merece a nossa gratidão, pelo papel importante que demonstrou na defesa de projetos levados a efeito no Concelho de Ílhavo pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, sendo merecedor do reconhecimento e agradecimento da população de Ílhavo, e em especial da Assembleia Municipal de Ílhavo, pelo que se propõe a aprovação do presente voto de louvor, testemunhando o nosso apreço pelo notável trabalho desenvolvido no exercício do cargo de Presidente da CIRA.

Ílhavo, 29 de novembro de 2023

O Grupo do PSD da Assembleia Municipal de Ílhavo



Voto de Pesar

Faleceu no passado dia 15 de outubro o nosso conterrâneo Rufino Manuel Martins Filipe, personalidade incontornável e manifestamente marcante na vida coletiva e política do Concelho de Ílhavo, em especial na “sua” freguesia de S. Salvador.

Nascido a 24 de junho de 1952, na Gafanha de Aquém, foi durante muitos anos funcionário da Cooperativa Agrícola de Aveiro-Ílhavo CRL, que tinha como atividade principal o comércio por grosso de produtos químicos e venda de produtos e alfais agrícolas.

É reconhecidamente uma figura transversal à maioria das Associações culturais, sociais e desportivas do Concelho de Ílhavo, tendo colaborado e apoiado muitos dos eventos que estas Coletividades levaram a efeito, sempre prestável e disponível, nunca deixando de pautar a sua intervenção e o seu contributo de forma desinteressada e ponderada.

Foi um dos Confrades Fundador da Confraria Gastronómica do Bacalhau, bem como foi um importante impulsionador na criação da Associação Aquém Renasce, da qual era Presidente da Assembleia Geral, e a quem dedicou muito do seu tempo, sempre de forma altruísta, orientando a sua atividade com a sua característica peculiar, de uma entrega total às causas dessas coletividades, sempre na defesa intransigente do crescimento e a afirmação dessas Associações, em prole da satisfação dos seus associados e da população do Concelho.

A nível político, o seu percurso de vida, foi caracterizado por um elevado sentido cívico, merecedor do reconhecimento e confiança da população Ilhavense, que o elegeu inicialmente como secretário, durante um mandato, e posteriormente como presidente do executivo da Junta de Freguesia de S. Salvador, em vários mandatos sucessivos, durante o período compreendido entre 1989 e 2013, num total de 24 anos de dedicação à causa pública, sempre integrado nas listas do Partido Social Democrático (PPD-PSD).

Pelo seu percurso e exemplo de vida, significativamente dedicado à Comunidade Ilhavense e ao Associativismo, bem como pelo importante legado que nos deixa nas áreas da vida autárquica, política e associativa do Município de Ílhavo, cujo exercício foi desempenhado sempre com entusiasmo e disponibilidade, propõe-se que esta Assembleia:

- Aprove um Voto de Pesar pelo falecimento do nosso compatriota Rufino Manuel Martins Filipe;
- Apresente à sua família as mais sentidas condolências, em especial, à sua esposa e filhos;

Ílhavo, 29 de novembro de 2023

 O Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Ílhavo

